



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 157

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3218
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3219
ADVOCACIA GERAL	3219
SECRETARIA GERAL	3219

TAQUIGRAFIA

ATA DA 30ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR AS DIFICULDADES DOS ALUNOS SURDOS NO ACESSO EDUCACIONAL BÍLINGUE

Em 21 agosto 2015

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 10 horas e 35 minutos é aberta a sessão)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública objetivando discutir e analisar as dificuldades dos alunos surdos no acesso Educacional Bilíngue.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Exmo. Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública, o Senhor Ricardo Fávaro; representante do Vice-Governador do Estado de Rondônia, Dra. Evany Gabriela; representante da OAB – Presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, Professora Cleidiane, representante da Secretaria de Ensino Especial do Estado; Professora Neide Alexandre, Coordenadora do Curso

de Pós Graduação de Libras e Educação de Surdos, representando a UNIRON; Sr. Danilo Ramos, Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho, Professora Ana Carolina Viana, Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com objetivo de discutir e analisar as dificuldades dos alunos surdos no acesso Educacional Bilíngue.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos à assistirmos um vídeo sobre as dificuldades e as facilidades do estudo da Escola Bilíngue.

(Apresentação de vídeo)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente registramos a presença do Sr. João Duarte, representando o Conselho Municipal de Educação; Sr. Domingos Prestes, Conselheiro do Conselho Municipal de Educação; Sra. Ada Dantas, representando a ASSFAPOM; Sra. Cleidiane Blackmam, representante do Instituto Federal de Rondônia - IFRO; Professora Indira Stiler, líder do Movimento Surdo do Estado de Rondônia; Sra. Ana Lúcia Camargo, representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED; Professor Adilson Gomes, Vice-Diretor da Escola Maria do Carmo; professores, funcionários da Escola do Legislativo; também registramos a presença dos alunos do programa SENAI de Ação Inclusiva; professor Cleiton Leirson, orientador educacional da Escola Joaquim Vicente Rondon, de Jaci-Paraná; professora Flaviana Sales, do Atendimento Educacional Especializado da Escola

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Joaquim Vicente Rondon, de Jaci-Paraná; Senhores pais e alunos da Escola Bilíngue; participam como intérpretes desta Audiência a professora Ariana Boaventura, representante da Universidade Federal de Rondônia; a Sra. Juliane Rodrigues Cardoso, produtora e intérprete de LIBRAS; a Sra. Núbia Lopes Soares, tradutora e intérprete de LIBRAS; professor Marcus Loureiro, professor de LIBRAS representante da Escola do Legislativo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui em primeiro lugar a todas as pessoas que se fazem presentes, no caso todos os surdos, todos os familiares, todas as pessoas que foram citadas aqui. Quero cumprimentar também a Mesa, Ricardo Fávaro, representando o Vice-Governador; a Dra. Evany Gabriela, representando a OAB; Professora Cleidiane representando a Secretaria de Ensino Especial do Estado de Rondônia; professora Neide Alexandre, Coordenadora de Curso de pós-graduação em LIBRAS Educacional de Surdos, representando a UNIRON; Sr. Danilo Ramos, Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho; Professora Ana Carolina Viana, Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho. O intuito desta Audiência Pública é para nós discutirmos, eu fui procurado também pela professora, que ela é diretora junto também com a Vice-Diretora da Escola e demais pessoas, quanto a questão da Escola, a inclusão dos surdos, há uma forma discriminatória por várias Instituições, quanto as pessoas surdas, ou seja, a inclusão deles. Então, eu quero ouvir, ao final a gente já tem uma propositura de uma lei, então a gente vai discutir todos esses temas também. Como eu digo essas Audiências Públicas não é meramente para a gente ficar ouvindo, ou ficar apenas em um âmbito de discussão, ao final temos que traçar metas, discutir também proposições para resolver essas questões. É importante que a Escola Bilíngue, é a primeira no âmbito de Porto Velho, mas deve ser levada também para os outros municípios para incluir essas pessoas, que eu tenho ciência que são cerca de oito mil pessoas surdas no âmbito do estado de Rondônia. Então é um alto número que devem ser assistidos até por que nas escolas às vezes os pais colocam por falta de transporte, por falta de condições mesmo, que o Estado não dá a devida atenção a essas crianças. Eles ficam junto com as demais pessoas que não têm nenhuma problemática, nenhuma deficiência no caso e não têm a mesma educação, prova tanto que hoje a professora, diretora da Escola teve que sair do âmbito de Rondônia para buscar um local para ter condições melhores, ter uma formação, hoje tem uma formação superior e tenta trazer, é uma militante, é uma pessoa realmente que busca resolver essa problemática. Então é importante sim que nós traçamos aqui, e quero registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores, Jurandir Bengala, que encontra-se presente para compor esta Mesa também. É importante que tragamos para esta Casa essa discussão que é aqui, como eu digo, a Casa do Povo, o Parlamento Estadual junto com o Estado, junto com o Município para tentar amenizar e resolver essas questões de ordem. Então muito obrigado e vou passar a palavra até para não me delongar muito que são 10h50m, para a gente começar logo as discussões que é importante; eles que vão dar os devidos encaminhamentos às necessidades e a gente quer ouvir também e passar essas informações para a própria

sociedade no âmbito geral para eles terem conhecimento o quanto é difícil, as dificuldades das pessoas hoje surdas. Primeiro vai ser a professora Ana Carolina, Diretora da Escola Bilíngue, ela que vai fazer uso da palavra agora.

A SRA. ANA CAROLINA VIANA (Intérprete Ariana Boaventura) – Bom dia a todos, meu nome é Ana Carolina, meu sinal é esse, eu sou a Diretora da Escola Bilíngue, então eu gostaria muito de agradecer ao Deputado Jesuíno que está aqui presente a mesa, estou muito orgulhosa por você estar preocupado com as propostas da comunidade surda e, a gente vê que isso é importante, que você quer divulgar porque o nosso foco é “o surdo”, então a gente está muito feliz e orgulhoso por você ter abraçado esta causa, e também a gente está muito feliz com o Vereador Bengala porque ele abriu a consciência dele, ele foi um dos primeiros a começar ajudar a comunidade surda porque ele tem dois filhos surdos, isso é muito importante, e também temos que agradecer ao Dr. Mauro porque muito antes dele ser prefeito ele já tinha começado a trabalhar com a comunidade surda, quando ele era deputado federal, ele lutou pela comunidade e ele nos apoiou e aí quando ele ganhou para prefeito ele criou a Primeira Escola Bilíngue Para Surdo, ele aceitou e a gente fez essa troca e a gente se uniu para isso. Eu quero agradecer a Secretária de Educação Chaguinha, da SEMED; a Ana da educação especial que está aqui; quero agradecer aos professores do CENE que estão aqui presentes, aos professores também da Bilíngue, a Associação APS e a ASPVH porque foram as duas associações que lutaram e brigaram para que essa escola fosse criada, então de fato, muito obrigada. Quero agradecer a comunidade surda que está aqui presente agora, a gente sabe que tem um número maior, isso é importante os surdos estarem aqui presentes. Então, qual é a nossa proposta enquanto educação bilíngue? A comunidade surda está lutando em âmbito, a gente respeita a inclusão, existe dois focos, inclusão e educação bilíngue, a gente respeita a inclusão, alguns surdos conseguem estudar e aprender na educação bilíngue, mas a maioria não consegue porque não tem professores qualificados, porque falta formação em LIBRAS, dentro da inclusão para que os surdos consigam aprender. É difícil, falta material adaptado, então a inclusão a gente vê o quê? 5 surdos, 5 alunos ouvintes e o surdo está lá perdendo tempo, às vezes, um intérprete e a rotatividade de intérprete, mas os surdos estão lutando pelo quê? Eles querem educação na língua deles, uma educação bilíngue Por que o maior número de surdos tem conseguido o quê? Têm surdos que são oralizados, que usam aparelho, um ou outro a família coloca na inclusão, ok, se ele consegue a gente respeita, mas a comunidade surda quer, tem direito a aquisição na língua de sinais, a ter um espelho, um modelo que é o surdo adulto. É igual à questão indígena, uma questão linguística, uma questão de espelho, de referência, é uma questão linguística, então o surdo precisa, ele aprende como qualquer outra pessoa, como um ouvinte, ele pode sim ter uma educação de qualidade, ter um futuro perfeito, ele pode ser um assistente social, ele pode ser um pedagogo, ele é igual ao ouvinte, mas ele precisa de uma educação especial, ele precisa de uma escola própria para ele e, na inclusão não tem essa educação que vai se preocupar com a língua dele, a

gente vê que falta, que a inclusão no papel é perfeita, mas que na hora da prática é rara. Então não é que a gente seja contra, mas a gente quer no Brasil inteiro, a comunidade no Brasil inteiro tem criado escolas bilíngues, não é só Rondônia que tem escola bilíngue, então a gente está pedindo para que os Deputados que estão aqui, para que as pessoas que estão presentes, para que os políticos que estão em Rondônia abram a consciência, percebam porque é que nós estamos aqui brigando pela Escola Bilíngue. A gente sabe que existe, precisa contratar mais surdos, porque não vê os surdos sendo contratados; a maioria é ouvinte; as vagas que se abrem são para ouvintes, e o surdo? Ele não pode trabalhar? Ele não pode ser referencial? Ele pode. Porque o ouvinte, ele vai estar sempre falando, mas o surdo não; a gente tem estratégia, dinâmica. Então o surdo, ele pode, o surdo é visual, ele tem uma língua visual, a gente tem que ter uma metodologia dentro da escola que é diferenciada. Então as pessoas que estão aqui precisam entender, que eu quero que, a gente tenha pesquisa na área de linguística, na área de Educação, que a Educação Bilíngue é a melhor, é o melhor suporte para os surdos. Então eu gostaria de agradecer a Mesa que está aqui presente. Porque eu estou aqui como Diretora, então, eu gostaria de agradecer a cada um de vocês.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou passar agora a palavra para o senhor Danilo Ramos, Presidente da Associação de Surdos de Porto Velho.

O SR. DANILO RAMOS (Intérprete Ariana Boaventura) – Olá, tudo bem? Vocês estão me vendo? Então, gente, meu nome é Danilo, esse é o meu sinal, eu sou o novo Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho. Eu estou sempre acompanhando as questões políticas, estou apoiando a Escola Bilíngue e nosso objetivo da Associação é o povo surdo de Porto Velho, todo povo surdo de Porto Velho, a gente vê o quê? Muitos problemas, as dificuldades, a gente tem lutado porque antes a gente via que não tinha Escola Bilíngue e muitos surdos reclamando: “a gente precisa criar uma Escola Bilíngue”. E a gente dizia: “é verdade, vamos combinar”. E os surdos do Brasil inteiro discutindo, isso foram a Brasília no movimento, por criação de Escola Bilíngue, já existe Lei, já existe Decreto e nós conseguimos criar aqui em união as duas Associações as ASP e as ASPVH, junto com o Doutor Mauro, Prefeito, conseguiram criar a Associação e o Doutor Mauro conseguiu ter uma consciência de dizer: “eu vou ajudar essa comunidade”. Então, hoje eu fico preocupado com o quê? Eu fico preocupado com a Escola Bilíngue, para que ela melhore, para que as pessoas que estão dentro aprendam em LIBRAS porque as crianças surdas elas adquiram de fato uma educação de qualidade. A gente, o nosso objetivo é ajudar o povo surdo na educação. Tem vários surdos fazendo Pedagogia, estão para se formar, eu estou estudando também, para que haja concurso para professor surdo, pode o ouvinte também, pode. A gente sabe que tem ouvinte bom em LIBRAS, aí, mas, a gente, precisa também ter surdo, porque o surdo ele é o que tem, ele é o que tem a língua, ele é o conhecedor da língua. Então a gente tem ido à Escola Bilíngue conversar sobre os temas, o que está acontecendo, o que fala dentro da Escola Bilíngue. E a gente

fica assim: “poxa, a gente precisa melhorar,” a gente quer concurso. Poxa, cadê o concurso? Vê lá, é só marcar X?”. Não, não dá. Precisa ter banca, precisa ter uma avaliação, que o Professor seja formado, que tenha pós, Mestrado, que a gente pode chamar também de outros Estados; que tenham experiência. Traga as pessoas, precisa ter banca para avaliar essas pessoas que vão fazer concurso. Isso é importante. Não simplesmente, porque essas pessoas, elas vão trabalhar com as crianças, elas vão estar dentro da Escola, e essas crianças precisam aprender de verdade. Alguns surdos já estão com a idade atrasada: “nossa! eu já estou com a minha idade atrasada porque eu perdi muito tempo, eu preciso estudar”. Foi à desculpa. Os surdos adultos antigamente sofreram muito, lutaram bastante, mas hoje a gente vê o quê? Que a Escola Bilíngue é importante para as crianças que estão aí, para a comunidade. Tem muita gente que está no 2º, 3º do Ensino Fundamental, a Bilíngue é de Ensino do 1º ao 5º, mas a gente pensa também nos surdos que estão no Ensino Médio, porque queremos que a comunidade surda cresça e melhore. E temos reclamado muito, para que as pessoas saibam LIBRAS. Só os surdos? Não gente, surdo, ouvinte, todos são iguais, mas é importante que a LIBRAS seja a 1ª língua, que as pessoas tenham essa influência, tanto surdo como ouvinte, então eu tenho essa preocupação, eu sou da ASPVH, eu tenho preocupação com os surdos, eu tenho ido aos lugares, eu vejo os problemas, eu tenho dado alguns conselhos, eu venho pedir para Bilíngue, que falta muita coisa na Bilíngue, falta sim, e a gente vai a outros lugares. Hoje eu quero agradecer a esta Mesa aqui, que de verdade está preocupada com a comunidade surda, que está pesquisando quantos surdos têm? O que está acontecendo? Então eu quero agradecer a cada um de vocês que estão aqui preocupados. Vocês estão vendo que a comunidade surda está aqui, e está interessada em saber o que é que vai acontecer. As Associações também estão preocupadas em saber quantos surdos têm? Quais são as dificuldades dos surdos. Rondônia, o que é que acontece em Rondônia? Rondônia têm muitos surdos, e Rondônia pode melhorar. O Brasil inteiro vai melhorar e sei que cada um de vocês, vão poder contribuir com essa melhora. De já deixo meu muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vou passar a palavra, agora, para a Professora Neide Alexandre, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação de LIBRAS Educacional de Surdos.

A SRA. NEIDE ALEXANDRE – Bom dia a todos. Meus cumprimentos cordiais ao plenário, em nome da pessoa do Deputado Jesuíno, que nos recebeu aqui grandemente; o Vereador Bengala; senhor Ricardo Fávaro; Cleidiane, que está representando a SEDUC; o Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho, senhor Danilo; a representante da OAB, Professora Evany; e a Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho, Ana Carolina. Então, representando a UNIRON, que é a pioneira em Pós-Graduação de LIBRAS e Educação de Surdos. Nós temos um projeto social, do qual a Escola Bilíngue é contemplada, temos também um projeto de formação social que se chama Café Bilíngue, então nós oferecemos a Escola Bilíngue formação

continuada através desse projeto, dos quais os professores participam dos eventos, todos que são destinados à área de LIBRAS. Enquanto parceira nesse evento, a UNIRON agradece grandemente a organização, em nome da pessoa, da Vice-Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho, a Sirleia. E também quero falar para vocês que estou, além de representante da UNIRON, eu estou como Coordenadora da Escola Bilíngue – Porto Velho, que também atuo nessa Escola e como familiar de surdo porque eu tenho um irmão surdo. Na minha veia corre sangue surdo. Eu tenho uma sobrinha CODA. CODA significa filhos ouvintes de pais surdos, dos quais tem uma atenção maior. Eu tenho também uma cunhada surda. Então estou aqui representando três instituições, não é? Família, Escola e uma Instituição de Educação Superior. Falando agora como Coordenadora da Escola Bilíngue de Porto Velho, eu quero falar para vocês o que é que está acontecendo, por que nós solicitamos do Deputado Jesuíno. Porque já houve três denúncias contra a Escola Bilíngue. E por que a denúncia? Por que as pessoas não entendem o que é uma escola bilíngue para surdos. Essas denúncias, o teor delas é sempre falando: “o quantitativo de alunos surdos é tão pequeno, por que é que o governo investe tanto dinheiro numa comunidade tão restrita? Por que não se coloca alunos ouvintes aqui para estudar com os surdos?”. Certamente, uma pessoa que faz uma denúncia desse tipo, desse teor, não tem conhecimento do que é ser surdo, não tem conhecimento do que é uma cultura surda, não tem conhecimento do que é a pessoa ficar dentro de uma sala regular, com alunos ouvintes, eu digo pessoas surdas, uma pessoa surda apenas dentro de uma sala com 25, 30 alunos ouvintes, dos quais o professor não sabe LIBRAS, dos quais o coleguinha não sabe LIBRAS e esse aluno fica lá, sem nenhuma acessibilidade de comunicação, sem nenhuma acessibilidade ao conhecimento. Porque quando se fala em educação, a primeira coisa que se pensa é que aquela criança está recebendo conhecimento de qualidade, mas não. Por quê? Porque coitado dos professores, eu também sou professora e defendo a classe. Por quê? Porque nós recebemos uma formação de 20 horas, de 40 horas que não se tem seguimento, que não se tem continuidade e aí se para. E aí acha que LIBRAS é uma língua. Não vai se aprender LIBRAS com 20 horas de formação, com 40 horas, leva-se 10 anos. Eu que sou irmã de surdo, eu ainda estou aprendendo. Como é que o coitado do professor que recebe uma formação de 20 horas, 40 horas, o Estado, a Prefeitura acha que ele já está pronto para fazer a acessibilidade de comunicação, ele já tem conhecimentos metodológicos para fazer com seu aluno surdo? Não, gente, não é assim não. Tem que se repensar em relação a essa questão da formação. E a nossa luta aqui é em prol de que escola bilíngue para surdo é a menina dos olhos do senhor Prefeito, Dr. Mauro Nazif, mas a menina dos olhos não brilha não. Os olhos da menina estão lacrimejando porque está difícil. Está difícil mesmo. Nós não temos 50 alunos na Escola, para se abrir um Conselho. E aí o que é que acontece? A gente fica mendigando, a gente vai para um lado, vai para outro pedindo merenda, pedindo material, nossos professores estão precisando de até pincel, a UNIRON é que está doando porque está faltando pincel na escola, não tem pincel para escrever no quadro, então a gente faz doações, vai pedindo de uma escola mais rica que nos doe esse pincel para escrever no quadro. E quando se fala da

merenda escolar, todo dia é feijão, e a Sirleia, já foi atrás: “olha arruma um charquinho para mudar aí essa merenda”. Então aí é difícil, a gente está querendo ajuda, a gente está pedindo socorro, estamos pedindo socorro, nós queremos mudança, olha a Escola Bilíngue, foi através de muita luta a Associação dos Surdos, as ASPVH, juntamente com APS, nós lutamos para que essa escola fosse implantada e ela foi implantada, e nós não vamos deixar a escola morrer não, ela vai continuar dependendo de nós, nossos apoios políticos, ela vai continuar pode vir denúncia que vier, nós estamos unidos em prol dessa classe, em prol dos surdos, porque os surdos desde quando existiu surdos no mundo, ele é discriminado, as pessoas falam assim: “Mas, a gente pode estar incluindo na escola inclusiva”. Gente, é diferente, o menino vai ficar lá só desenhando? Não, surdo tem que aprender uma língua, a gente tem dar os direitos iguais aos desiguais, colocar um intérprete dentro da escola regular, não vai resolver o problema não, minha gente, o intérprete vai, ele chega lá com sua bagagem de conhecimentos em LIBRAS, portanto, aquela criança surda, aquela criança surda que a família também não sabe LIBRAS, coitado, não tem conhecimento, não formou nada, chega dentro de uma escola regular, uma criança ouvinte de seis anos, ela tem o lexical de cem palavras, a criança surda, não tem nem um por cento disso daí minha gente, vamos pensar nessa situação, não é querer dizer: “Vamos incluir, vamos pegar os surdos e colocar dentro de uma escola de ouvinte, lá a gente coloca intérpretes tradutores”. Isso daí, não vai resolver, não vai resolver o problema. O que nós queremos é que a nossa Escola Bilíngue para surdo seja respeitada porque os surdos são cidadãos, pagam os seus impostos, são filhos de cidadãos que também pagam os seus impostos e querem uma educação de qualidade para os seus filhos. Eu, enquanto irmã de surdo, eu lutei pela educação do meu irmão, meu irmão hoje ele é bilíngue porque eu acompanhei desde criança na sua educação, ele está aí hoje, está se formando, concluindo aí uma faculdade e vou está lutando pela causa surda, também sou professora de surdos, estou aqui apoiando a Escola Abnael Machado de Lima, que também é uma escola que ministra aulas para surdos, que tem a sua metodologia bilíngue, mas nós estamos lutando para que a Escola Bilíngue/Porto Velho, ela tenha sim a sua educação bilíngue de qualidade. Quando, nós queremos uma formação continuada, precisamos tirar dinheiro dos bolsos para participar dos eventos que acontecem no Brasil, até hoje uma formação específica para a Escola Bilíngue, ainda não aconteceu, a nossa Secretaria de Educação, nos cobra o currículo, o currículo próprio da Escola Bilíngue. Portanto, sabe-se que o currículo das escolas regulares, ela ainda está em construção, isso se levou o quê? Dois anos, a nossa escola, ela tem dois anos apenas de implantação e nós estamos sendo cobrado, sim houve uma primeira reunião do qual a representante da divisão da educação especial, esteve conosco, levou uma profissional da Universidade Federal, a professora Larissa, ela iniciou, fez uma conscientização. Portanto, isso não é só, precisa dar continuidade para que se estenda e que a gente possa realmente está construindo isso de forma coletiva. PPP da Escola Bilíngue, PPP da Escola Bilíngue, ele nasceu desde os primeiros dias que nós sentamos, eu, a Ariana e todos os demais professores na casa dela, quando a gente foi implantar o Projeto da Escola Bilíngue, então, aquilo ali já é o quê? O

PPP da Escola, ali se reunia a comunidade surda, lá nós começamos a colocar as primeiras pautas da necessidade da comunidade surda. Está em construção, não concluímos ainda, a gente precisa também do apoio da Secretaria Municipal de Educação para estar nos assessorando, trazendo profissionais tais como, Sandra Patrícia, que ela é uma das professoras muito respeitada nessa área que tem um grande conhecimento aí na área da educação de surdos, ela implantou juntamente com a comunidade surda de Brasília, a primeira Escola Bilíngue de Taguatinga, do qual, ela até ficou um tanto enciumada, porque na época, eles estavam com um projeto de implantar a Escola Bilíngue lá de Brasília, e acabou a Escola Bilíngue Porto Velho, saindo primeiro, sendo implantada primeira do que a Escola Bilíngue de Taguatinga. Então, ela falou assim: “nossa, a Escola Bilíngue de Porto Velho, foi implantada primeiro que a nossa e está assim”. Eu falei: “é porque está faltando à responsabilidade do Poder Público, da sociedade conosco, nos ver com outros olhos, não ficar nos denegrindo ou até nos discriminando”. Então, precisa dar direitos iguais aos desiguais, quando a gente fala em direitos iguais aos desiguais, não é só colocar intérprete em sala de aulas para resolver a situação do surdo não; surdo quer o conhecimento de qualidade, professor; os professores não estão preparados da educação regular para ministrar uma aula realmente bilíngue. O quê que é uma aula bilíngue? É aquela aula do qual o professor tem que fazer em LIBRAS como primeira língua, Língua Portuguesa como segunda língua. Então, ainda a sociedade não entende o que é isso, precisa de formação para isso e a Escola Bilíngue, ela faz a sua formação, ela faz o seu papel, na Escola Bilíngue, além da gente oferecer essa formação aos nossos professores, oferecemos também para os familiares dos nossos alunos surdos. Vejam, o meu irmão quando ele nasceu, ele nasceu ouvinte, ele veio ficar surdo em decorrência do sarampo e da catapora e aí minha mãe, ela não sabia LIBRAS; porque ter um filho surdo na família, é ter um estrangeiro dentro da sua casa, é ter um estrangeiro dentro da sociedade. Por que estrangeiro? Esse é um termo que eu utilizo, por quê? Porque ele mora no Brasil, mas, fala outra língua, que é a língua brasileira de sinais, dos quais nós mesmos brasileiros, muitos de nós não conhecemos, a LIBRAS, ela é a segunda língua oficial do Brasil. Então, voltando à questão dos familiares, que nasce um bebê surdo na sua família, essas pessoas, elas não sabem a comunicação de LIBRAS, elas precisam então também aprender para poder comunicar-se com o seu filho. O quê que aconteceu com minha mãe? Ela teve que aprender a língua brasileira de sinais; eu, enquanto irmã, tive que aprender a língua brasileira de sinais para poder fazer a comunicação com o meu irmão surdo, para dar a ele essa acessibilidade, para ele estar inserido na sociedade, não tem como uma pessoa surda estar inserida na sociedade, se ela não tiver primeiro contato com a sua língua de sinais, se for tirado esse direito da pessoa surda, ela vai ficar no mundo igual uma pessoa com deficiência intelectual, como assim muitas pessoas pensam que os surdos, principalmente os surdos que não têm um conhecimento, que não recebeu esse conhecimento de forma adequada, as pessoas o taxam como deficientes intelectuais; por isso que os surdos lutam pela Escola Bilíngue, uma Escola Bilíngue de qualidade, que realmente o conhecimento lá seja bilíngue, do qual esse aluno receba esse conhecimento LIBRAS

como primeira língua e Língua Portuguesa como segunda língua. Em escola regular, ele não vai receber esse conhecimento desta forma. Então, nós não somos contra a inclusão, nós queremos que os surdos tenham o direito deles de ser bilíngue, recebam essa educação bilíngue; LIBRAS como primeira língua, Língua Portuguesa como segunda língua. E outra, a Escola Bilíngue, ela não é uma escola excludente, lá é uma escola que está aberta a toda e qualquer pessoa que queira se matricular seja ela ouvinte ou não, desde que saiba que a nossa metodologia de ensino é a LIBRAS como primeira língua. Então, o quê que acontece? Uma inclusão ao inverso entendeu? Ao invés dos surdos irem para escolas dos ouvintes, os ouvintes vão para as escolas dos surdos, vai para a Escola Bilíngue/Porto Velho, se matricula, sendo que a nossa metodologia é a LIBRAS como primeira língua. Ok. Então, essa é a minha fala. Agradeço a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Houve aqui um equívoco, até porque eu acredito que foi um erro. A Dona Ana Lúcia que eu já estava até indagando: cadê o município? Que é importante que a escola é do município. Então, a Dona Ana Lúcia está representando a professora Chaguinha, a Secretária Municipal de Educação. Eu vou pedir para ela compor à Mesa, que é uma pessoa importante e deve estar aqui conosco representando o município. Então, eu vou passar a palavra agora para a Professora Cleidiane, representante da Secretaria de Ensino Especial do Estado.

A SRA. CLEIDIANE – Bom dia, bom dia a todos os presentes. Eu quero agradecer neste e momento em nome da Professora Carolina, à Mesa e dizer que neste momento a nossa Secretária não pode estar, porque ela está numa abertura dos jogos em Rolim de Moura, tanto a Secretária Estadual de Educação, quanto a Laura, Coordenadora Estadual da Educação Especial no Estado de Rondônia. Dizer para vocês que a fala da Professora Neide em relação à inclusão, em relação ao ensino bilíngue, nós estamos fazendo um trabalho de formiguinha, dizer assim nós temos ido a todas as coordenadorias, que são Coordenações dentro dos Pólos: Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e assim todos os municípios no Estado de Rondônia, fazendo esse trabalho por que nós temos uma meta a alcançar um número maior de professores. É importante dizer que nós trabalhamos exclusivamente com a inclusão que é o Atendimento Educacional Especializado - AEE e a inclusão com intérprete presente na sala de aula, esse é o desenho, é a forma como o Estado de Rondônia trabalha, a, Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. Mas dizendo já, ontem nós tivemos uma reunião, conversamos sobre isso na Secretaria e assim a Secretária Fátima Gavioli, ela está aberta a diálogo, a conhecer, a conversar sobre a causa. Então eu deixo aqui em aberto para as professoras Carolina, a Secretaria também, Municipal de Educação, nós estamos abertos como parceiros. E em vários momentos nas nossas formações, nós trabalhamos com formação de professores, com formação de intérprete para atender essa nossa clientela, as pessoas surdas, a família da pessoa surda. Então a gente tem aberto esses cursos de formação e sempre temos cedido vagas para o município, tanto aqui em Porto Velho como no Estado de Rondônia. Então nós temos feito esse trabalho em parcerias com as Instituições,

Universidade Federal, então a gente tem feito esse trabalho em parceria. Quero dizer para vocês que nós somos gratos de estar aqui participando, de poder ouvir como vocês têm trabalhado. No momento eu estou na Escola Bilíngue, estou muito feliz de estar ali por que realmente é uma causa que nós temos que batalhar sim, por esses estudantes que são surdos. Eu vi assim tamanha necessidade, quando a gente entra, a gente está ali dentro da Universidade é uma coisa, está lendo, está estudando sobre, eu sempre me encantei por esta área e sempre estudei; li, fui atrás, estou ainda a caminho estudando, mas quando a gente se depara com a situação, com a realidade dentro da sala de aula com os estudantes surdos, eles estão aquém, muito do que eles realmente precisam, do que realmente o bilinguismo para eles é algo assim é essencial. Realmente é como se eles estivessem no Brasil e falassem em inglês e não tivesse ninguém que os compreendesse. Então é algo que realmente nós precisamos trabalhar, eu deixo em aberto que a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia está pronta, preparada para alguns diálogos, possíveis negociações com vocês. Tanto a comunidade quanto a Escola Bilíngue em parceria com vocês. Eu sou grata e obrigada por este momento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Realmente a professora Fátima Gavioli, é uma pessoa que eu tenho contato no Estado, é uma Secretária muito atuante, sempre nos atendeu e se ela abriu mesmo esse diálogo, com certeza, o que for dispor dela mesmo, da questão dela, ela vai sim tentar colaborar e somar junto ao Município para resolver e tentar dar as condições que é para essa Instituição, no caso a bilíngue e os próprios surdos que precisam de uma atenção. Eu dou à palavra para a Senhora Ana Lúcia Camargo, ela está representando a Secretária Municipal e vai falar agora.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Bom dia a todos, eu cumprimento a Mesa na pessoa do seu Presidente, e assim é muito bom estar aqui falando sobre a bilíngue. Até há pouco tempo o que nós tínhamos eram as escolas comuns e, hoje o que temos e a inclusão que nós fazemos desde sempre. E aí o nosso Prefeito com uma disponibilidade assim acima do normal, ele ouviu essa necessidade, ele prestou atenção quando as pessoas clamaram a ele pela necessidade da bilíngue, e foi o que aconteceu no dia 12.04 foi inaugurada a Escola Bilíngue aqui em Porto Velho. E como tudo que é novo, eu acredito que tem assim aquele momento que nós temos que nos organizar. Mas atualmente o que eu tenho a dizer que nós temos um quadro muito na bilíngue, são professores muito capacitados. Nós temos lá na direção a nossa colega aqui, certamente ela briga pela causa, ela luta pela causa, isso é muito bom. Mas nós temos também lá na Secretaria uma divisão que trabalha com essa inclusão, e assim, quando nós falamos em inclusão nós não estamos falando somente do surdo, também não queremos colocar o surdo, que se entenda aqui, na sala de aula comum. Nós trabalhamos com a pessoa e normalmente o nosso público são crianças e nós precisamos que os pais, normalmente são os pais que respondem por essas crianças. Então atualmente nós temos na rede municipal 50 alunos incluídos, surdos ou deficientes auditivos. Desses 50, 29 alunos estão na Escola Bilíngue. A primeira sede da Bilíngue; foi mostrada aqui a segunda, essa é a segunda, ela, foi ali na

Carlos Gomes, nós achamos muito boa a localização porque de qualquer lugar da cidade que você viesse, à Carlos Gomes fica mais fácil, o acesso é mais fácil, porém, os responsáveis pela escola reclamaram porque o prédio não estava bom, tinha alguns problemas na estrutura do prédio e o que foi feito? A Secretária de Educação conhecida como Chaguinha, ela disse que procurasse uma nova sede e foi o que foi feito, a gestão anterior foi procurar um novo local para abrigar a Escola Bilíngue e penso que, por ser a segunda sede, essa que foi encontrada foi essa aí, no momento pensamos que era de comum acordo com todos que a sede, o local estaria bom, até porque, gente, eu posso estar enganada, mas não tem só aquela entrada, tem outra do lado, não tem? Tem uma entrada do lado, não está aberta ainda, mas, a intenção é abrir o portão, a gente pode ver isso, porque a outra rua é asfaltada. Então, quem escolheu a sede foi à direção da escola, foram procurar a sede, poderia ser ali como poderia ser num lugar mais central, mas não é nada que não se possa resolver; se não está bom muda-se novamente. O que eu quero dizer assim, nós lá da divisão de educação especial estamos totalmente abertos a bilíngue, a nossa porta não fecha, está aqui a Ariana que é uma pessoa que esteve sempre lá com a gente, foi uma das pessoas que esteve todo tempo à frente da criação da bilíngue, na época quem estava na chefia era a Silvia que fez muita coisa para que essa escola saísse, eu até pensei que ela estaria aqui hoje e não está, mas trabalhou muito, ela como chefe da Divisão de Educação Especial trabalhou para isso, e nós estamos abertos para isso. Tivemos discussões recentes na bilíngue, inclusive, essa sugestão do currículo foi uma sugestão nossa também da Divisão de Educação Especial porque temos necessidades, mas, nós também temos que trabalhar dentro da legalidade; sem organização, nós não conseguimos nada, às vezes eu sei o que eu quero, mas, o que eu quero precisa estar documentado, precisa estar dentro da lei. Então foi por isso que nós sugerimos o currículo, com esse currículo certamente a coisa vai melhorar muito mais, porque aí eu sei exatamente o que eu estou trabalhando, o que nós temos que fazer é dar continuidade a isso. Outra coisa que nos foi proposto pela Escola Bilíngue foi a criação da sala de recurso multifuncional, essa sala de recurso, atualmente no município nós temos 47 salas de recurso, nessas salas de recurso nós temos professores especialistas em educação especial, ele é especialista em LIBRAS? Não. Mas, alguns sim, mas ele lida com todas as deficiências, todas; a bilíngue é um algo a mais. Então foi feita essa proposta, nós ficamos de analisar a proposta, não é algo que se faz: “eu preciso disso aqui”; e rapidamente se assina embaixo; é algo que nós temos que fazer com responsabilidade porque a sala de recurso não é um projeto nosso, é um projeto do MEC que nós acompanhamos, que nós fazemos, que nós temos que na implantação dessas salas existem normas, existem regras que pela especificidade da bilíngue muda ainda mais, se na sala comum ela é feita de uma forma, na bilíngue nós temos que estudar para saber de que forma isso vai ser feito para não prejudicar o aluno, a prioridade é sempre o aluno, a nossa prioridade é sempre o aluno. Eu já quero dizer aqui para as meninas que o parecer foi dado favorável, sim, com certeza, e não foi hoje, porque de repente vai dizer assim: “não, assinou o documento hoje”; não foi hoje, o meu parecer foi favorável

sim há um tempo, apenas temos que sentar para organizar, colocar tudo dentro da lei para sair bonitinho para depois não ter que responder por algo que foi feito impensadamente. Então assim, eu acredito que essa discussão só pode nos levar a novas propostas, a melhorias. A intenção da Secretaria de Educação Especial é que a inclusão realmente aconteça, e outra coisa que eu quero deixar claro, assim, nós temos atualmente, que não estão na Bilíngue nós temos aqui bom eu tenho 29 na Bilíngue, 29 alunos lá na Bilíngue. O restante dos 50 são 21 alunos, eles estão nas demais escolas, escolas comuns. Aí você me diz assim: “Mas, Ana, porque eles estão nas escolas comuns?”. Por que os pais optaram pela escola comum. Eu, nós, como Secretaria temos a obrigação de oferecer, mas eles não têm a obrigação de aceitar. Então o pai aceita ou não. A gente até tenta, conversa explica as vantagens, mas ele também tem a situação ele e eu tenho que entender a situação dele. Se esse pai quer que essa criança esteja numa escola comum como eu trabalho com a inclusão, e lá eu vou ter que dar o suporte que ele precisa. E o que é inclusão? Inclusão é ele estar onde ele quer estar. Se eu vou dizer para ele onde ele vai estar, eu já estou interferindo numa decisão que é no caso aqui da família, no nosso caso. Então assim esses 21 alunos, eles estão nas demais escolas? Estão. Temos alunos inclusive na zona rural, imagina a dificuldade, estivemos lá agora, semana passada, nós estivemos lá na escola para ver lá esse aluno tinha sido transferido para outra escola, tivemos que ir. Então nós estamos dando esse apoio. A Secretaria de Educação está totalmente aberta, as portas sempre estiveram abertas para vocês. Agora nós temos que sentar e conversar. E eu realmente quero aqui assim, ele não está, mas eu quero parabenizar o Prefeito, porque uma Escola Bilíngue em Porto velho, gente, é um marco. E outra coisa que ninguém constrói uma Escola para fechar em seguida. Ninguém quer fechar uma escola. A nossa intenção é abrir mais Escolas. É capacitar ainda mais o professor para estar nessa escola. Inclusive, agora já foram contratados mais quatro Professores Especialistas, quatro professores Bilíngues, eles estão em processo. Aí você diz assim: “Ana, vão todos para a Bilíngue?”. Depende, sabe por quê? Porque nós respondemos por isso também, como é que eu vou responder para o Ministério Público que eu tenho um professor para cada aluno. Então tudo isso é algo que nós temos que pensar. Nós temos que fazer com ordem, com decência, dentro da Lei, para não ter que responder depois por isso. E eu garanto para vocês que se existe um melhor para Bilíngue, para o aluno surdo, para as demais deficiências, esse melhor nós estamos fazendo. Eu quero até parabenizar a Casa porque há um tempo nós tivemos outra Audiência falando sobre os alunos, os autistas, falando sobre os autistas. E assim, naquela hora eu achei interessante porque se questiona, questiona. Sabem quantos autistas nós temos matriculados? Errando por baixo, 126 Autistas matriculados em sala comum, desses 126, a maioria com professor acompanhante como manda a lei nº 12.764. É a Lei, nós temos que cumprir a Lei, e vou falar para você com um sucesso, que esses dias eu estou muito satisfeita com o sucesso que a gente vem tendo em relação a esses alunos. Então são só eles? Não. Todos os demais alunos, temos os cegos, baixa visão e esses alunos estão sendo trabalhados. Esses professores, que talvez não sejam especialistas, não tenham, não saibam a LIBRAS, ele trabalha

bem com Braille; ele trabalha bem com Síndrome de Down, ele trabalha muito bem com aluno com deficiência múltipla. Ele está lá, ele está trabalhando. E os nossos alunos são pequeninhos. Às vezes, eu falo para eles assim: “olha, a vantagem sua é que ele também está aprendendo”. Então vocês vão meio ter que aprender juntos. Nós sabemos aqui que se eu aprendo, mas eu não atuo, não pratico naturalmente eu vou meio que perdendo, até porque as coisas mudam, não é assim? Vão mudando, algumas coisas vão mudando, daqui a pouco eu estou aqui fora do contexto. Então assim, novamente eu me coloco aqui à disposição da Bilíngue, como sempre estivemos, a hora que vocês chegarem lá, como sempre foi a gente está pronta para receber, e vamos dar continuidade aquilo que nós já começamos a fazer. A implantação da sala de recurso multifuncional e o currículo da Bilíngue. Vamos deixar tudo direitinho para que, realmente, a Escola consiga trabalhar cada dia mais e melhor, não só pelo surdo, mas, pela inclusão de todos, pelo bem comum, pelo bem da sociedade, pelo bem da pessoa, do ser humano. Porque eu acho que aí, sim, é importante. Eu tenho que pensar também que quando eu incluo uns e pego aquele que a gente chama de normal e vou encostando-o no cantinho, eu estou excluindo ele também, e nós temos sempre essa preocupação. Eu agradeço a atenção de todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou passar agora, a palavra para o Presidente da Câmara, Vereador Bengala.

O SR. JURANDIR BENGALA – Bom dia a todos os presentes. Eu quero cumprimentar aqui Sua Excelência Deputado Jesuíno Boabaid e já aproveitando, Deputado, parabenizar Vossa Excelência por esta grandiosa Audiência Pública. Não tenho nenhuma dúvida de que isso é importante para a nossa sociedade, principalmente para as pessoas que têm deficiência auditiva. Quero cumprimentar aqui o Ricardo Fávaro, que está aqui representando o Vice-Governador do Estado de Rondônia, e muito obrigado, Ricardo, pela presença. Quero cumprimentar aqui a Dra. Evany Gabriela, representante da OAB. Muito obrigado aí, isso é muito bom a senhora estar nesta Audiência Pública. Vou cumprimentar também a professora Cleidiane, representando a Secretaria de Ensino do Estado; a professora Neide que acabou de falar aí da deficiência, das dificuldades que hoje têm a Escola Bilíngue. E eu reconheço, Professora, eu acompanho também a Escola Bilíngue até porque também fui um dos que lutou muito, conversei muito com o Prefeito que pudesse implantar a Escola Bilíngue aqui de Porto Velho. Eu já conheço, até porque eu tenho dois filhos que são surdos. Cumprimentar aqui o senhor Danilo, que é o Presidente da Associação dos Surdos aqui em Porto Velho. Danilo é um grande companheiro. Cumprimentar aqui a professora Ana Carolina, Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho. E também não poderia deixar de cumprimentar aqui a Sirleia que é a Vice-Diretora da Escola Bilíngue. Cumprimentar a Ana Lúcia, aqui representando a Chaguinha e da mesma forma cumprimentar aqui a Ariana, que está presente; a Indira, que é uma batalhadora. E cumprimentar aqui, em nome da minha linda filha Josilene, que está aqui presente, cumprimentar todas as pessoas surdas e o meu filho que é o Josivan, que está também ali presente. Cumprimentar todos os surdos, também a minha

esposa. Deputado Jesuíno, também gostaria, em nome de Vossa Excelência, cumprimentar toda a imprensa que está aqui presente neste momento. Isso é muito importante para a nossa sociedade. Deputado Jesuíno, é muito importante quando tem um Parlamentar que pega e abraça uma causa tão importante dessa natureza, quando se fala das pessoas que não ouvem, que têm uma dificuldade muito maior do que a nossa, que nós ouvimos. E eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar Vossa Excelência por essa causa e eu não tenho nenhuma dúvida, partindo de Vossa Excelência pode ter certeza que vai melhorar muito, principalmente quando se fala na educação das pessoas deficientes auditivas. E eu quero deixar aqui, Deputado, e para os demais que estão me ouvindo, que podem ter certeza e eu sei e quero aqui, não poderia deixar de agradecer o empenho do Prefeito, da Secretária Chaguinha, mas eu não tenho nenhuma dúvida, tanto da parte do município como da parte do Estado, ainda falta, está muito longe do que poderia estar hoje. Poderia estar muito mais adiantado. E não tenho nenhuma dúvida, eu sei que as tarefas são muito grandes, inclusive, estou aqui neste momento, mas deixei uma Moção de Aplauso muito grande lá na Câmara e já, no momento pedir desculpas, que já vou ter que retornar para lá porque tem que dar uma atenção às pessoas que estão lá na Câmara. Mas fiz de tudo para estar aqui porque eu sei que talvez aqui seja muito mais importante do que lá. E dizer que eu, na qualidade de Vereador e Presidente daquela Casa, e já falei aqui com a professora Sirleia, pode ter certeza, Professora, que o orçamento vai chegar naquela Casa em poucos dias e pode ter certeza de que na qualidade de Presidente e Vereador, nós vamos dar a maior atenção, principalmente quando se fala na Escola Bilíngue. Não tenha nenhuma dúvida disso. Nós não saímos, não vamos votar nenhum Projeto de nenhuma Secretaria que não possa ser incluído recurso na Escola Bilíngue, porque eu tenho certeza, que está muito longe. Isso aí, vocês podem ter certeza disso, que eu vou estar atento ao orçamento quando chegar naquela Casa. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Prefeito Mauro Nazif, vai atender, porque eu tenho certeza que uma mão lava à outra, a Câmara precisa da Prefeitura e a Prefeitura precisa da Câmara e a Câmara e a Prefeitura precisa do povo, e o povo são vocês, podem ter certeza do que eu estou falando. E eu, Professora Sirleia, eu vou fazer uma visita *in loco* naquele colégio, na Escola Bilíngue e eu não tenho nenhuma dúvida que a Professora Chaguinha, tem muito a fazer como tem a Ana, e eu não tenho dúvida disso, mas eu sei que todos têm prioridade, mas às vezes dão mais prioridade para as pessoas que ouvem do que para as pessoas que não ouvem. E como vereador e como fiscalizador, eu gostaria de fazer também um pedido ao Deputado Jesuíno, que pudesse acompanhar, vamos ver algumas coisas que estão faltando no colégio que imediatamente, eu acho que tem que atender o Colégio Bilíngue; e eu não tenho dúvida, esse negócio de dizer que vai acabar; vocês podem dormir sossegados porque qualquer coisa que tiver, alguém que esteja fazendo denúncia; ou que não esteja, eu sei que tem, não tenho dúvida, pode ter certeza que aquela Câmara vai estar atenta e pode ter certeza, vai estar sempre do lado de vocês, vai fazer tudo para o colégio continuar, e continuar para melhor, não para o pior, isso, não tenho dúvida. E quero aqui Deputado Jesuíno, e pedir aqui também para o nosso companheiro Ricardo; que está aqui representando o

Vice-Governador, o Ricardo, eu já conheço foi secretário da SEMUSB, e é um grande amigo, foi um grande Secretário, naquela Secretaria, hoje representando aqui o Daniel Pereira. Eu queria Ricardo, que Vossa Excelência também fizesse essa cobrança para o Vice-Governador, porque o Vice-Governador também é professor, eu conheci o Vice-Governador Daniel Pereira, lá em Cerejeiras, dentro da sala de aula, ele não era nem Deputado ainda, foi Deputado e hoje é o nosso Vice-Governador. Então, queria aqui, Ricardo, que Vossa Excelência fizesse essa cobrança ao Vice-Governador, e não tenho nenhuma dúvida que o Vice-Governador, vai estar atento a isso e vai nos ajudar, porque através da Assembleia, através da Câmara, através de vocês, podem ter certeza que vocês vão ter muitas melhorias. Eu quero aqui, encerrar as minhas palavras e mais uma vez pedir desculpas, eu vou ter que me retirar, mas dizer para vocês, que eu estou à disposição para poder lutar por essas pessoas que precisam, e essas pessoas que precisam são vocês, somos nós. Muito obrigado, Deus abençoe a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Bem, eu já fico feliz aqui, são duas informações precisas, informações de interesse o Presidente daquela Casa, vereador Bengala, já fez o compromisso que o orçamento, quando chegar lá, só vai ser votado se tiver, das condições orçamentárias também para a Escola Bilíngue. Então, fico feliz, viu Presidente, o senhor fazendo isso, vai estar somando; como bem disse também, atentamente, eu estou vendo que não é só a questão dos surdos, nós temos que também buscar outras pessoas que têm dificuldades que também tem, mas neste exato momento, nós estamos discutindo essa questão, ela falou sobre os autistas, surdos, os cegos que têm problema também. Mas o Estado de Rondônia, o município de Porto Velho, também os demais municípios devem estar preocupados com essas pessoas, com seus familiares. Tem um caso nacional, quando eu era policial militar, que a família toda tinha problema, isso foi noticiado na imprensa, todas as crianças tinham problemas mental, tinha uma série de problemas físicos, então, o Estado não dava a devida atenção ou o próprio município. Então, esse tema é importante que nós realmente ao final, possamos traçar metas e encaminhamentos em busca de melhorias. Já dando onze horas e quarenta e seis minutos, vou passar agora para a representante da Ordem dos Advogados, a Doutora Evany Gabriela, ainda tem o Doutor Ricardo Fávaro e mais o João Duarte, Professora Sirleia, e Ariana, só para informar.

A SRA. EVANY GABRIELA – Bom dia a todos. E principalmente a essas pessoas guerreiras, as pessoas surdas que estão ali do outro lado e aqui também em destaque o Professor Danilo e a Professora Carol, que são exemplos de pessoas que superaram as barreiras e que hoje, estão em uma posição de destaque, eles servem de espelho para que outras pessoas da sociedade vejam o quanto é importante proporcionar uma vida digna para todos e igualdade de direitos. Então, eu quero cumprimentar aqui o nosso proponente desta Mesa, que é o Deputado Jesuíno Boabaid, que nos recebeu aqui, e eu acho muito importante esse momento de discussão. Esta Casa realmente vem abrindo suas portas, cada vez mais essa sociedade, como agora mesmo a colega falou, que nós

estivemos há pouco tempo também discutindo aqui sobre direito do autista e que conseguimos algumas coisas de grande importância, de muita relevância. Então, eu parabeno a Casa também. Quero cumprimentar também a Cleidiane que é representante da Educação Especial do Estado; a Ana Lúcia, que é a representante da Educação Municipal, também eu sempre a vejo nessas discussões, nesses momentos; o Ricardo Fávaro, que é o representante do Vice-Governador; o Vereador Bengala que está também sempre atuante, sempre nessas causas das pessoas com deficiência; também cumprimentar a professora Neide, que é uma das pioneiras da causa da Escola Bilíngue, que eu, não só como advogada, eu antes de ser advogada, também sou professora, sempre atuei nas escolas especiais, sou uma das fundadoras da Escola APAE e hoje trabalho já há 05 anos na Escola CENE, junto com a professora Ana Carolina e a professora Neide e ouço constantemente o trabalho que elas fazem, o que elas lutam para conquista de dias melhores para essa pessoa que ainda é tão discriminada, tão deixada à margem da sociedade, mas, que vence as barreiras a cada dia. Então, nós hoje vivemos numa sociedade que tem por definição a pluralidade, a pluralidade é uma palavra muito forte. Nós temos hoje, segundo dados que eu colhi aqui, oito mil pessoas surdas no Estado de Rondônia, aliás, só na cidade de Porto Velho, nossa, somente em Porto Velho, oito mil pessoas surdas. E nós vivemos em um estado democrático de direitos, onde a Constituição Federal da República adota como nosso princípio: a igualdade de condições. Essa igualdade de condições, ela requer o acesso e a permanência na escola. Então, como manter uma pessoa permanente em uma escola se o Estado não oferece nem mesmo as condições básicas para que essa clientela chegue a essa escola? Como nós vimos aqui no vídeo, não tem o acesso adequado, não tem ônibus, não tem um ônibus que leve e traga as pessoas dignamente, o asfalto não passou na frente da escola. Outra coisa que eu vejo constante reclamação também são os projetos que as professoras trabalham junto, sempre falam da questão dos segmentos, só temos primeiro segmento do ensino fundamental, não tem uma sequência para o segundo segmento e nós precisamos também ver essa questão de implantar o ensino médio também para essa escola. Porque às vezes é alegado que os pais não querem colocar os seus filhos na Escola Bilíngue porque acha que está excluindo das outras escolas. Mas como que pode confirmar isso, que é uma exclusão se não dá acesso a eles, eles têm primeiro que ter esse acesso, ter essa liberdade de escolha; depois que tiver tudo pronto, tudo montado, tudo oferecido esse ensino de qualidade, aí sim, a gente vai poder avaliar se os pais realmente querem que os filhos estejam ali ou se querem que eles estejam na escola de ensino regular. Então, para saber, tem que se fazer, não é isso? Não esperar essas brigas, essas lutas constantes, sendo que nós sabemos que nós temos esse direito. Então, a construção da Escola Bilíngue, ela já foi um grande passo, não é de se negar que foi um grande passo, mas ainda há muito que se fazer, muitas coisas, muitas que foram feitas precisam ser melhoradas também. Então, a OAB, como guardiã, do direito da cidadania estará sempre participando das discussões, nós já começamos implantando essa Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que agora está completando um ano, mas que nós já estamos atuando como

guardiãs lado a lado com o Ministério Público e onde há acessibilidade, a OAB está nesta trilha, onde há a discriminação a OAB vai tentar tirar o máximo dessa discriminação, nós vamos ser um calo no sapato de quem estiver discriminando. Então, toda essa sociedade que está à margem, ela precisa ser incluída e a comunidade surda, que são as pessoas mais indicadas para externarem as suas reais necessidades; não adianta o ouvinte dizer que ele está incluindo a pessoa surda numa escola de ensino regular com uma linguagem normal, onde ele se sente, sente-se um estrangeiro ali dentro. Então, não existe uma pessoa melhor, mais bem dotada de conhecimento do que o próprio surdo, nós temos que ouvi-los e trazer para as Políticas Públicas as suas reais necessidades. Na Escola Bilíngue essas pessoas se sentem iguais, a verdade é isso, e quando uma pessoa se sente igual, todos nós educadores sabemos que é a aprendizagem flui. Então tudo se torna mais fácil, tudo se torna uma coisa muito simples. Então essa Comissão vai estar com vocês apoiando lado a lado sempre a pronto e esperando qualquer demanda para que nós caminhemos dentro da Justiça e de um Estado democrático. Muito bom dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra agora para o Sr. João Duarte, representante do Conselho de Educação.

O SR. JOÃO DUARTE – Bom dia a todos os presentes aqui no plenário, bom dia aqui a Mesa. Eu queria dizer o seguinte, o professor Mário Jorge é o Presidente do Conselho Municipal de Educação, mas ele se encontra com o filho na UTI, continua na UTI que ele sofreu um assalto há dois anos e hoje ele teve uma recaída e ele está na UTI. Eu queria dizer o seguinte, para os colegas que já trabalham nessa área há bastante tempo, os profissionais da área educacional, da área especial que o Conselho de Educação, ele tem a finalidade principal de normatizar e regulamentar as leis da educação. Então nesse sentido o Conselho tem uma resolução que trata dessa matéria, mas a gente tem posicionamentos dentro do Conselho, inclusive, divergentes em alguns momentos, particularmente a gente respeita a isso, existe uma inclusão que o sistema tem que fazer a gente também respeitar, agora a gente critica a forma como foi feita essa política de inclusão, às vezes a gente quer fazer uma coisa para melhorar e acaba não saindo como a gente quer. A inclusão em certos momentos, ela exclui também, tem excluído muito nesse processo. Então, como a colega falou anteriormente oito mil surdos no município de Porto Velho tem um significado muito grande em Porto Velho. Precisaria ter outro olhar ao criar uma Escola Bilíngue, precisaria ter também uma estrutura de uma Escola que pudesse atender esses alunos com qualidade, e que é isso que a gente defende, é isso que as leis educacionais hoje em dia defendem a criação de uma Escola bem estruturada com qualidade. A própria Constituição também defende em seu artigo 4º. Na verdade quando se criou a escola não se criou a estrutura, quando se implantou a inclusão também não se criou uma estrutura para receber esses alunos. E isso criou aí uma exclusão muito grande. Agora eu acho que a Prefeitura acertou quando construiu a Escola, e ela vem acertando, mas não pode deixar isso às margens, precisa investir como se deve investir em educação em todos os sentidos. Eu acredito também que o Estado precisa encampar

também essa luta, eu acho que o Deputado está de parabéns também com a equipe de profissionais da área que vêm buscando isso, eu sei que é uma luta muito grande. Mas é um problema que a gente precisa resolver e não aumentar, a gente não tem que aumentar esse problema. É preciso buscar um consenso e a compreensão dos demais e as pessoas que envolvem; que podem resolver, para que a gente possa resolver esse problema, esse impasse para que dê estrutura realmente, todas as escolas públicas precisam de estrutura, isso já escolas construídas há anos. Mas recentemente as escolas que estão sendo construídas, é bom lembrar, que elas são construídas com baixo poder de qualidade e com péssimas estruturas quando existe padrões de qualidade. Então se a gente vai construir uma escola, ela tem que ser construída para atender com qualidade e principalmente a esse nível de educação especial. Então precisa melhorar, porque não é uma coisa tão simples assim, precisa ter profissionais qualificados. A gente tem um número muito grande dentro do Estado, mas a gente precisa buscar mais, se a gente criou a inclusão precisaria o atendimento já ter profissionais na área para atender esses alunos que foram incluídos no sistema educacional regular. Então nesse sentido, eu acho que tanto os colegas que encampam essa luta, como o Deputado, os Vereadores precisam realmente encampar, destinar emendas para que possa estruturar a Escola Bilíngue e construir também outras Escolas dentro do Estado para atender, por que se Porto Velho tiver oito mil alunos surdos, o Estado deve passar aí dos cinquenta e cinco mil alunos surdos, é um número muito grande. E considero também que essa língua, ela é oficial, por ser oficial, que a gente do Brasil é interessante, nos outros países se falam, aqui no Paraguai se fala o Guaraní, se fala o espanhol e muitos falam inglês. No Brasil a gente tem dificuldade de falar o português e não consegue aprender outro idioma, eu acho que o bilíngue seria não só os surdos, mas para toda a sociedade dominar e conviver, se relacionar muito bem com os surdos que é um número significativo dentro do Estado com essa problemática. Então acredito que o Conselho como é normatizador eu acho que a gente precisa também buscar porque na verdade a gente vem de um sistema educacional e a gente tem que regulamentar dentro das normas estaduais e municipais, mas acho que a gente precisa discutir para que o conselho também cobre e cobre de forma efetiva também essas melhorias na Escola Bilíngue, inclusive, a própria gestão, eu tenho compreensão de que a gestão da escola também não passa por eleição, ela também tem que passar por eleição democrática como são todas as escolas que fazem parte do sistema para que a gente possa dar esse equilíbrio, para não ser uma escola que tem tratamento diferente, ela tem que ser tratada da mesma forma como são as demais, muito pelo contrário, o tratamento do ponto de vista da regularização do sistema, mas ela tem que ter um tratamento muito mais efetivo porque é uma escola nova, uma escola que vem atender uma clientela diferenciada e por isso precisa ter um olhar também diferenciado. Então deixo aqui o abraço para todos, quem precisar do Conselho está à disposição.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra agora para a professora Sirleia, Vice-Diretora da Escola Bilíngue.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente, enquanto a palestrante se aproxima, pedimos as pessoas que farão uso da palavra para que tentem limitar o tempo ao máximo de 03 minutos, em razão do horário que está se aproximando e também pelo número de pessoas que tem para se expressar. Agradecemos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Até porque, é como eu disse, tem uma pauta bem extensa que eu preciso discutir, tem uma propositura de uma lei, para a gente chegar onde é o foco principal também que são as demandas que são os encaminhamentos necessários para o final no caso, então tem que ter a pauta e precisamos discutir.

A SRA. SIRLEIA – Então, em nome da Escola Bilíngue de Porto Velho eu agradeço o espaço da Assembleia Legislativa do Estado, agradeço em especial ao Deputado Jesuíno onde sempre abraçou a cultura surda de Porto Velho, Estado de Rondônia; também ao Vereador Jurandir Bengala que é familiar e também compõe a comunidade surda; a todos que estão na Mesa, a Ana que está representando a Secretaria Municipal de Educação, a professora Cleidiane que compõe também o nosso quadro da bilíngue; o Presidente da ASPVH, o Danilo; Presidente da APPIS – Associação de Intérpretes, Ariana, também uma das propulsoras, que foi uma das pessoas que batalharam pela criação da escola bilíngue de Porto Velho; a Presidente da ASSFAPOM, Ada Dantas, uma pessoa também admirável, uma líder do movimento social, assim como a professora Indira Stédile, é uma professora surda universitária, foi a primeira representante líder do movimento surdo onde foi para Brasília lutar pelo não fechamento do Instituto Federal de Surdos, tem uma grande história. Eu gostaria assim de colocar um momento de reflexão, quando se fala de pessoa surda a gente fala de identidade, o quê é? O surdo é cognitivamente saudável, ele não pode ser visto apenas pela sociedade como uma pessoa deficiente da auditiva, deficiente com a perda de algo que não tem, ele é uma pessoa cognitivamente saudável, ele é diferente na sua língua, ou seja, a primeira língua, a LIBRAS hoje se tornou uma língua oficial então a Escola Bilíngue é uma escola regular dentro do seu decreto de criação assim como as demais, ela é uma escola inclusiva no seu decreto de criação assim como as demais, ela não pode ser chamada de uma escola excludente, ela não pode ser nomeada como uma escola que coisas que dentro da sua própria legislação não compõe. Então o único diferencial é esse atendimento educacional. Hoje a Escola Bilíngue ela compõe dentro do seu quadro, 100% dos professores especialistas pós-graduados em educação de surdos e onde há pessoa surda, ela precisa da acessibilidade de comunicação. E o que é essa acessibilidade de comunicação? É eu chegar com a minha diretora Ana Carolina, dentro de qualquer repartição pública e eu ter um intérprete ou ter alguma pessoa que conhece da sua língua oficial, que é a língua brasileira de sinais para recebê-la e infelizmente isso não está acontecendo no nosso Estado. Então eu peço que em cada convite que eu receber, a diretora Ana Carolina Lovo Viana receber dentro da Escola Bilíngue já esteja de prontidão alguém para levar essa acessibilidade de comunicação, então assim é uma pessoa também pós-graduada em educação de surdos. Dentro do

quadro da Escola Bilíngue de Porto Velho nós contamos com profissionais psicopedagogos, profissionais graduados na área de atendimento educacional especial, agradeço também a professora Ana onde nos informou que meu projeto foi aceito, eu agradeço, eu fiquei sabendo agora. Então, assim, já tem algum tempo que eu espero um *feed back* e assim, graças a Deus foi aceita a proposta. Então assim outras propostas virão. Então a construção da Escola Bilíngue em Porto Velho, hoje nós não dispomos de um espaço próprio. Então assim eu acredito muito que o trabalho com parceria, com certeza, vai ter um grande sucesso, e a proposta que hoje, na verdade, não foi à proposta, foi o firmamento de um compromisso onde o Vereador Bengala acabou de comunicar a toda a comunidade surda que terá um orçamento específico para a construção da Escola Bilíngue no ano 2016. Então assim é uma grande vitória, vamos aguardar. Hoje nós dispomos no nosso quadro, 29 alunos surdos, desde a Pré-Escola ao Ensino Fundamental de 1º a 5º ano. Nós almejamos um mundo, assim uma grandiosidade por parte do nosso Estado. Por quê? A Professora Ana Carolina Lovo Viana, ao logo da sua vida educacional, também profissional teve que sair do Estado para estudar fora, porque educação de surdos ainda é novidade. A nossa líder do movimento de pessoas surdas do nosso Estado, a professora universitária Indira, também teve que sair do Estado para buscar um acompanhamento maior. E assim, como é que eu digo que esse meu aluno está incluso dentro de uma classe regular de outras Escolas, esses 21 alunos o quantitativo X que a professora Ana acabou de me fornecer. Eles estão espalhados, 21 alunos, tudo bem, mas eles estão tendo a sensibilidade com a comunicação? Então assim foi o 1º Concurso para Professor Bilíngue, hoje eu coloco assim um ponto de reflexão: “Não adianta você colocar uma criança surda, um adolescente surdo para aprender a sua língua brasileira de sinais como primeira língua, depois o português escrito, para alcançar esse aprendizado de português escrito, se ele não perpassa por um profissional bilíngue, por um professor. Não adianta eu colocá-lo na frente de um intérprete se ele não conhece ainda a Língua Brasileira de Sinais. Então está aí à importância do profissional docente dentro da Escola Bilíngue e fora dela. E assim as famílias elas têm que estar a par disso. Então, eu proponho também esse trabalho dentro do seio familiar dessas 21 crianças que estão fora. Também algumas crianças que atualmente estão na Rede Estadual de ensino que talvez não tenha sido mapeada. E agradeço a compreensão de todos. E é isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra agora ao representante do Estado, Doutor Ricardo Fávaro, para fazer uso da palavra.

O SR. RICARDO FÁVARO – Bom dia a todos. Quero ser bem breve na minha explanação tendo o adiantar das horas. Quero aqui parabenizar o Deputado Jesuíno Boabaid pela iniciativa; quero aqui em nome da professora Cleide, representando a Secretaria e Ensino do Estado abraçar todos da Mesa; quero aqui parabenizar o Deputado Jesuíno Boabaid por essa iniciativa; quero aqui em nome da Professora Cleide, pela Secretaria de Ensino do Estado abraçar a todos da Mesa. E dizer que é muito importante essa Audiência Pública para tratar de um assunto

que muitas das vezes. E a gente sabe do esforço do Poder Público em atender essas demandas. Estou aqui hoje representando o Vice-Governador, e o Governador do Estado, também. E dizer que todas as pautas serão levadas ao Vice-Governador e ao Governador. Tem aqui também a professora Cleide que representa o Estado que também vai levar essas pautas a Secretária de Educação do Estado, e parabenizar por estar presente, ouvir e tentar atender ao máximo as demandas aqui apresentadas. E quero aqui aproveitar o momento para parabenizar Excelentíssimo senhor Prefeito do Município do Porto Velho, Doutor Mauro Nazif por acreditar. Eu lembro que na época eu ainda era Secretário, e ele se reuniu com alguns presentes aqui, na qual veio essa demanda. E naquele momento eu vi o Prefeito falar: “eu vou comprar essa briga. Vou implantar, vou ter coragem de fazer a primeira escola para atender, em especial, os surdos”. E fez. Sabemos que tem alguns problemas a serem corrigidos, como aqui foi colocado. E, aí eu quero parabenizar a professora Ana Lúcia Camargo e a Professora Chaguinha, que é a Secretária e a Ana Lúcia que é a Chefe da Divisão de Ensino Especial, que estão à disposição para que possa corrigir isso. Em quatro meses de mandato o Prefeito já criou essa escola que vai ser um exemplo, já é um exemplo, é um marco na história. E tenho certeza que essa coragem dele continua nessa luta. Por quê? Porque a professora Chaguinha que é a Secretária está atenta; então o que tiver de demanda; também coloco à disposição aqui o Vice-Governador e o Governador para trabalharmos em conjunto para construirmos as melhorias necessárias para atender esse público que precisa muito dessa inclusão social. A gente sabe das dificuldades, sabemos o quanto é complicado num país em que vivemos; termos algum tipo de deficiência. É complicado. É um país que não dá atenção necessária a acessibilidade, inclusão social. Mas nós estamos aqui juntos, governo, município para somarmos e mais uma vez parabenizar esta Casa, na pessoa do Deputado Jesuíno Boabaid, porque temos aqui o Poder Executivo Estadual, o Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Estadual e também parabenizar o Vereador Bengala, que também representa o Poder Legislativo Municipal. Então, as ideias, quando eu vi a explanação aqui; de quem me antecedeu, a respeito de que demorou um pouco para se aprovar o projeto apresentado. É por que na administração pública se exige respeitar prazos, legislações, então existe certa burocracia que, às vezes, demora você aprovar determinado projeto. Mas foi aprovado, vai ser trabalhado e tenho certeza que com esse diálogo entre vocês que conhecem a real situação e o poder público, nós vamos andar muito, e essa união é importante. E aqui deixar também o meu repúdio àquelas pessoas que fazem denúncias vazias, àquelas pessoas que pregam o quanto pior, melhor. Infelizmente temos esse tipo de pessoas em todo lugar, mas sabemos que a união de todos vocês, dos surdos, daqueles que defendem essa causa, dos Poderes aqui presentes, essas pessoas vão cair no esquecimento e as denúncias vazias nada afetarão a força e a garra que todos aqui têm e vamos continuar tendo com vocês. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou passar a palavra, agora, para a Ariana, representante da UNIR.

A SRA. ARIANA BOAVENTURA – Quase boa tarde a todos. Eu me chamo Ariana. Sou uma das pessoas, junto com a Indira, a própria Ana Carolina, a Neide, Júlia, Rafaela que não estão aqui, outras pessoas que não estão aqui, mas que estavam no início, como Deunisiane, Leni Reis, que estavam na primeira conversa com o Prefeito para sensibilizá-lo. Então, o Dr. Mauro, antes mesmo de ser Prefeito, ele já apoiava a comunidade surda. Ele chegou e disse assim: “o que é que vocês precisam, qual é a dificuldade?”. Nós falamos: “olha, o sonho da comunidade”, aliás, nem foi fala minha, foi fala da Indira, “é a criação de uma escola bilíngue, uma escola que atenda o surdo dentro da sua língua, LIBRAS como primeira língua, que tenha professores surdos, que seja referência, que sejam espelho”. Ele apoiou, a SEMED apoiou, que a escola é da SEMED como é da comunidade surda. Eu sempre falei na SEMED. A escola é da Prefeitura, mas ela é da comunidade surda também. Então, a comunidade não está a par dessa escola. E esses 21 alunos que estão fora da escola, a gente tem que saber o porquê; é só por que o pai não quer o aluno lá ou por que o pai ainda não sabe o que é educação bilíngue, o que é LIBRAS? E temos um motivo maior, que é a questão da escola estar mal localizada. Eu fui de carro, é muito difícil o acesso, o ônibus passa muito longe da escola. Quer dizer, o surdo que for a pé, ou a mãe que for levar a criança surda, ela andou muito, gente. Está muito escondida a escola. Além de estar escondida, temos um grande fator, falta de ônibus. Nós temos surdos, como a própria Ana falou, que estão na zona rural, que querem vir para a escola. Nós já recebemos, eu não estou mais na escola, eu fui à primeira Diretora, hoje eu sou Professora da UNIR, mas nós perdemos alunos, no mínimo 05 que não iam para a escola porque não tem ônibus. Então, a questão do ônibus é fundamental para a gente poder levar as crianças surdas para a Escola Bilíngue. Os alunos do CENE não passam de 30, a mesma situação da Escola Bilíngue. Também muitos pais queriam colocar esses filhos lá na Bilíngue. Não levam porque não tem ônibus. Eles moram em locais distantes, zona Leste, zona Sul e a Escola está lá, enfiada num bairro dentro do 4 de Janeiro. Então, questões a se pensar, propostas: mudança dessa Escola. Eu vou passar um pouquinho do tempo, desculpa, mas eu vou quebrar o protocolo, quem me conhece já sabe que eu estou acostumada a fazer isso. Vou quebrar o protocolo. Proposta: que se saia, eu sei que a questão da construção é uma questão maior. Nós sabemos que a Câmara não vai conseguir construir tão rápido. Foi a Câmara Municipal que doou os ares condicionados, não é, Ana? A gente sabe que não conseguiu, via Secretaria, os ares condicionados. Foi a Câmara Municipal que doou os ares condicionados para a Escola. A construção, pode ser que não saia tão rápido a prioridade da escola hoje, é ônibus para pegar as crianças, essa é a prioridade da escola, e outra, mudar a escola para um lugar acessível porque hoje a escola, não está num lugar acessível, então assim, essa é a proposta que eu faço. Outra proposta em nível de Estado, Deputado, é a criação de Lei, esta Casa, já tem uma Lei de LIBRAS, mas ela é uma Lei que foi feita em 2004, que não fala da Escola Bilíngue, que não fala do profissional intérprete, então, assim, é uma Lei que a gente precisa reformular. Então, eu já faço uma proposta para a gente pensar nisso, pegar os seus assessores, ver como é que está essa Lei, fazer uma reformulação, eu sei que já tem gente trabalhando nisso como o Professor Willian, que é do

seu gabinete. Outra proposta é regulamentar as salas bilíngues, inclusive, a professora Aldelina que está aqui, quando ela estava no CAS, ela foi uma das que lutaram para que tivesse salas bilíngues, lá no 21 de Abril, quando queriam incluir os alunos surdos que estavam lá, então a gente precisa regulamentar isso, porque isso é importante, a gente não pode pegar os alunos 14, 15, 16, 10 alunos surdos e colocar na inclusão, o 21 de abril, que é Estado, e aí a gente está numa Casa de Leis que é Estadual, precisa garantir que tenha sala bilíngue no Estado. Ji-Paraná, Deputado, também criou sala bilíngue. Cacoal, também criou sala bilíngue. Vilhena criou sala bilíngue. Mas essas salas bilíngues, Deputado Jesuíno, não estão garantidas por Lei. Então, eu peço que esta Casa, garanta por Lei que existam essas salas bilíngues, porque já vai está garantindo uma educação bilíngue, só o fato de ter uma sala bilíngue dentro das escolas, inclusive, você está garantindo isso. Então, é uma proposta que eu faço, eu não sei se está sendo gravado, mas é a proposta que eu faço. Com relação à universidade, nossa chefe, não pode está aqui que é a Professora Marília, começou ontem a aula dos Letras LIBRAS, a primeira turma de Letras LIBRAS, quer dizer, nós não temos ainda no Estado professores formados em LIBRAS. Então, a gente não teve ainda formações, nós sabemos que tem instituições particulares como a CIPERON, vou citar nomes, eu não tenho porque não citar, que ela também está abrindo cursos, após, nós temos a CIPERON e também temos a UNIRON, nós queremos é que abram mais formações e pedimos, aproveitamos a Cleidiane, que está representando o Estado e a Ana Lúcia, que vocês vejam uma forma dentro da Secretaria de vocês de dar formação para os professores que trabalham com os surdos, não é formação de oitenta horas, que vai resolver isso. E aí sim, que a necessidade de se trabalhar em parceria, a necessidade de vocês aproveitarem as associações, não existem só duas associações, já vou citar aqui, as ASP e as ASPVH foram as primeiras, mas nós já temos a ASRO que é Associação dos Surdos do Estado de Rondônia, é recente, é nova mas está aí, existe porque não chamar também, tem o Açaí Com LIBRAS que também é um Projeto que virou Associação, também proposta de chamar, a BILÍNGUE, chamar o CENE, chamar as Associações do interior e fazer um trabalho em parceria porque o nosso foco é melhorar a educação dos surdos no estado de Rondônia. E com relação à denúncia, deixa vir denúncia a gente responde, responde por que denúncia vazia, é como o representante do Governo falou: sempre vai haver denúncia, quem trabalhou aqui no CENE ou trabalhou, ou trabalha sabe, todo mês chega uma denúncia, responde-se, não há nada ilegal dentro da Escola Bilíngue ou do CENE, ou lá no 21 de abril com sala bilíngue. A proposta é legislação, Deputado, que garanta educação bilíngue dentro do Estado, nós temos legislação Nacional, nós precisamos de legislação Estadual, para que a gente tenha algo para de fato nos garantir quando chegar alguma denúncia, quando a gente pediu a Neide junto com a Carol, a Sirleia, falou: “o que a gente faz então?”. Nós queremos uma Audiência para falar com o Ministério Público Federal, Municipal e Estadual para explicar para eles o que é educação bilíngue, para que eles não fiquem mandando denúncia perguntando, dizendo que a Escola Bilíngue é uma escola que se agrega, não se agrega a nada, o que se agrega é quando a criança não tem direito a uma educação de

qualidade, quando ela não pode aprender na própria língua. E como a representante da OAB falou muito bem, chame o surdo, escute o surdo, a Ana Carolina, é a primeira surda formada em Pedagogia, tem nove anos de experiência em educação de surdo, que o Ministério Público, que o Conselho chame para saber o que é educação bilíngue, que me parece que eles não sabem o que é, chama as Associações dos Surdos, o próprio surdo para dizer o que eles querem. Então, a proposta é essa, Deputado, que a gente faça, sei lá um seminário, a gente já fez vários fóruns, mas essas instituições não vão. O que adianta a gente ficar fazendo seminário, o que adianta a gente fazer Audiência Pública, se quem denuncia, não está presente para ouvir, para conhecer. Então é isso, desculpa ter passado do tempo aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só para esclarecer. Como eu disse, tem uma pauta, a CENE, a senhora falou a questão do convite da CENE. Foi convidado, inclusive está aqui, no dia 18/08, assinado, o Promotor foi convidado. E ao final desta Audiência Pública, tudo que foi discutido aqui é lavrada uma Ata e essa Ata vou encaminhar para o Ministério Público que é um órgão, é um órgão de fiscalização. Então, está sendo debatido, vai ser levado para o Ministério Público Federal, Estadual e aos demais órgãos para que tenha ciência do que está acontecendo, é uma Ata que vai falando tudo que foi dito aqui, que foi discutido, que foi deliberado, que foi falado, que foi acordado. A visão da Audiência Pública que eu tirei, eu tento tirar, não é só para ficar falando, apresentando as discussões, o que é realmente, a necessidade, ao final é traçado metas, como eu digo, vai dar doze horas e vinte e quatro minutos; se a gente não sair daqui com alguns encaminhamentos, como eu disse, tem uma pauta então para quê fazer Audiência Pública? Dispor do nosso tempo só para ficar falando? Não. Nós temos que sair com metas, com encaminhamentos é isso que eu vou colocar aqui agora, se é para o Estado é do Estado, se é do município, é do município, inclusive, Leis aqui, tem uma proposta de uma matéria de uma norma, de uma Lei que é de competência do Legislativo que eu vou apresentar para os senhores e se tiver a contento, na próxima terça já será apresentado esse Projeto de Lei nesta Casa para tramitar nas comissões pertinentes e vou pedir, no caso quando for colocado para aprovação, que os senhores estejam presentes aqui para sensibilizar os demais Deputados, que acredito que o Deputado Maurão, é um Presidente muito sensível a esta causa, inclusive, foi ele que fez propositura desta questão dos autistas; ontem também deveria ter outra Audiência Pública para discutir outra questão também das pessoas portadoras de deficiência, mas houve um problema. Então, é isso. Eu vou passar a palavra agora para a senhora Cledenice Blackman, Reitora do IFRO.

A SRA. CLEDENICE BLACKMAN – Primeiramente gostaríamos de agradecer a iniciativa da comunidade surda como um todo, na pessoa da Ana Carolina que é uma grande vencedora, como uma das principais entusiasta desta cultura e aqui neste momento, a gente enquanto Instituição, o Instituto Federal de Rondônia representando a pessoa do magnífico reitor Uberlando, eu trabalho diretamente também com a Professora Fabíola, que é pró-reitora de ensino, onde a gente, eu

Cledenice, represento a Coordenadoria de Educação Inclusiva do IFRO. Qual é a função dessa Coordenadoria? É justamente gerir as políticas públicas de inclusão no IFRO como um todo, dentre elas, a cultura surda. A gente trabalha também com as outras políticas de minoria e algo que me chamou atenção também, a gente, na verdade a gente se sente enaltecido, primeiramente quero dizer que sou portovelhense, nasci nesta cidade, a minha família veio para a construção, sou descendente de barbadiano e faço parte de uma minoria, uma minoria negra; e a gente fica muito feliz por ver a cultura surda que muito tempo ficou esquecida, hoje a gente está discutindo, trazendo para uma Instituição importante que é a Assembleia Legislativa, agradecer ao Deputado Jesuíno pela iniciativa e nos colocar enquanto Instituição Federal, a gente está aberto para parceria, a demanda do nosso Estado, município é gigante na questão de formação. Mas, a gente se coloca sempre à disposição enquanto Instituição e estrutura, nós também estamos começando, o próximo concurso do Instituto ainda falta, nós somos em 8 campus, hoje com Guajará que está iniciando, desses 8 campus, 3 faltam tradutores de LIBRAS e possivelmente no próximo concurso haverá, a gente busca a necessidade de incluir mais tradutores para que possa trabalhar diretamente no núcleo de atendimento a essa clientela que a gente tem os NAPNES e enquanto Instituição Federal a gente só tem a agradecer e enquanto instituição federal nos colocamos à disposição. Obrigada.

A SRA. ARIANA BOAVENTURA – Ela vai falar rapidinho, ela não está inscrita Deputado, mas ela é a Líder Nacional do Movimento dos Surdos e ela pediu a palavra rapidamente.

A SRA. INDIRA STÉDILE (Intérprete Ariana Boaventura) – Boa tarde, eu agradeço a todos vocês, eu sou a Líder Nacional do Movimento dos Surdos em Rondônia, já estou há muitos anos, eu nasci aqui, fui para Natal, mas vim para cá. Então eu conheço muito Rondônia eu estou sempre aqui, eu sei que aqui parou muito no tempo e eu vejo que a gente precisa, o nosso foco não pode, a política, a gente sabe que os políticos não conheciam; então os Deputados, a Assembleia; tinha um Deputado, um Vereador, precisa mais, a gente precisa se unir para ajudar na educação dos surdos, a gente precisa de união, a gente precisa ser forte, a gente precisa ter consciência. O Governador sabe que a SEDUC precisa ajudar por que não tem educação bilíngue, a gente precisa de parceria, o CAS está parado há três, quatro, não sei quanto tempo, a gente precisa ajudar o CAS que está parado lá. Cadê os intérpretes? Cadê? A gente precisa de informação para intérprete. Não tem. Então a gente precisa cobrar banca nas avaliações, precisa ter surdos nessas bancas para melhorar de fato, para que o trabalho seja melhor, para que a LIBRAS seja melhor por que os surdos, a gente vê o quê? Que os Deputados, eu quero pedir para que os Deputados se abram, conversem e que eles montem comissões para entender, discutir o quê? Uma lei, uma lei que melhore o Estado, nós sabemos que vocês podem, a gente pode fazer uma conferência sobre a pessoa com deficiência. A gente foi numa conferência de assistência social, a gente sabe que há cortes de recursos, mas, por favor, gente, não vamos esquecer o CAS, não vamos esquecer a educação. Por que é preciso, a gente não quer mais sofrer discriminação: “Só ouvinte

que melhora?”. Não, olha a inclusão é boa, então é preciso entender que nós surdos já sofremos demais, há muito tempo que eu venho sofrendo, eu não quero que os novos surdos sofram. E que os intérpretes também, os professores bilíngues, os intérpretes eles precisam melhorar, eles precisam entender. A gente sabe que através da política, do diálogo é que a gente vai mudar. E aí quer dizer que Rondônia vai piorar? A gente vai passar vergonha? Não quero mais passar vergonha. E eu agradeço a vocês.

A SRA. ALDELINA VASQUES – Boa tarde, sou a professora Aldelina, já fui Coordenadora do CAS, Centro de Ensino Especial do Estado de Rondônia, enquanto projeto do Governo Federal. E isso que a Indira falou é certo, é correto, o CAS hoje está fechado, não tem nenhuma ação, ficou restrito somente ao município de Porto Velho, não tem uma ação enquanto Estado. Então já que eu estou nesta Casa peço que haja uma cobrança com relação a esse centro que é do Governo Federal, não é da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, é do Governo Federal. Então tem que dá uma atenção para esse Centro sim. Foi um firmado um compromisso com o Governo Federal no Governo passado e o Governo atual não continuou com o trabalho que estava sendo desenvolvido. Bom, isso seria uma das pautas, a outra, isso proposta para reabrir, reativar, reabrir não, está lá mais ainda a título de capital, Deputado Jesuíno, outro ponto que é relevante é a questão do concurso público para o intérprete no Estado de Rondônia, para o Estado de Rondônia, o que acontece? Há profissionais iguais a mim que sou professora formada em Língua Portuguesa e atuo enquanto intérprete por que nós não temos concurso para esse profissional. Então quando tem um processo seletivo somente de dois anos, que eu não sei como é que funciona isso, e aí tem que renovar a contratação o surdo fica sem acessibilidade ao conhecimento que é importante. Então quando que os surdos chegarão a uma faculdade, uma universidade? A própria UNIR, o ENEM. Já discuti isso em nível Federal também, o ENEM não está adequado para os surdos, nem as escolas, não têm intérpretes, eles não têm acesso ao conhecimento. Então assim, outra também que vocês podem colocar na proposta para finalizar aqui é o concurso público para intérpretes no estado de Rondônia já que o segmento que é da responsabilidade do Estado que é do 6º ano ao ensino médio tem que ter intérprete. Voltando para o município, professores bilíngues, aquilo que a Carol já falou e foi dito várias vezes a questão de identidade, como é que eu vou firmar identidade, a gente está voltando, historicamente falando no tempo do século XVIII, século XIV em que o surdo tinha uma educação preceptorial, ou seja, cada um na sua instância, na sua casa, e hoje a realidade é diferente, nós estamos num retrocesso em termos de educação de surdo, houve um avanço historicamente e hoje tem um retrocesso. Então está na hora de pensar, será que mais mil anos, a cada cem, duzentos, aí mais mil para legalizar, para oficializar? Nós não temos uma língua? Ela é oficial, quando alguém aqui, não sei quem disse a quantidade de surdos no Estado de Rondônia, ela é oficial, é a segunda língua, na verdade é uma primeira língua construída por uma comunidade própria de um país, é a primeira língua, porque a Língua Portuguesa não foi construída, ela veio de outro país, ela não foi construída no nosso país, então é a primeira língua oficializada e construída aqui, qual

grupo social? Esse grupo social que está aqui nesta Casa pedindo o seu espaço, que não feche a Escola Bilíngue, que tenha sim mais profissionais na área de educação de surdos, está faltando, tem? Tem, mas é pouco, pouco, e qualificação; aí vou reforçar mais ainda, não são cursos de 80 horas que vai formar o intérprete, não são cursos básicos de Secretaria que vai formar o intérprete. Eu tenho em torno de 18 anos trabalhando com surdo e ainda não me sinto capaz, me falta muita coisa. Então penso que esta Casa tem que abrir sim, tem que discutir leis, nós não temos uma lei que vai dar atribuições desse profissional intérprete também, é hora de sentar com esses profissionais e dizer qual é a sua função, qual é o papel do Estado também e qual a remuneração também, tem muitos intérpretes que vão fazer serviços gratuitos e a gente investe, investe do bolso, a gente vai para outro Estado, porque não tem formação no nosso Estado, é do bolso, e vem aqui fazer trabalho de Secretaria de Assistência Social que vai lá e pede intérprete gratuitamente, como assim gratuitamente e meu investimento pessoal? Tem que valorizar esse profissional que está aqui à frente de vocês. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Passar a palavra agora para o último inscrito para falar.

O SR. RONDON DA SILVA – Boa tarde a todos. O meu nome é Rondon e eu conheço o trabalho com o surdo desde 1998, eu parabeno aqui o Deputado e acho que a melhor coisa que eu ouvi foi da boca dele hoje, ele disse assim: “vamos colocar para a SEDUC o que é da SEDUC, para o Estado o que é do Estado, para o município o que é do município”, não adianta querer abraçar. A colega da SEDUC aqui representando a SEDUC falou do trabalho de formiguinha, a SEDUC há mais de cinco anos está trancada dentro do formigueiro, ela está trancada dentro do formigueiro, não adianta eu vir falar que apoio o trabalho com o surdo, se eu não tenho caneta para escrever no quadro, então eu acredito nas ações partindo do Deputado Jesuíno, em definir realmente para quem cabe a obrigação. Eu não posso acreditar num prefeito que nunca esteve na escola para conhecer onde funciona a Escola Bilíngue, eu não posso acreditar num prefeito que joga toneladas de concreto na frente de ponto de ônibus, mas não tem coragem de mandar fazer uma calçada na Escola Bilíngue, eu não posso acreditar nisso. Eu luto, luto, venho aqui gritar e vou sair por aí sempre, sempre assim, eu sou amigo do surdo, eu luto pelo sucesso do surdo. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Agora é um desabafo, queremos entender que não é só dele, é do Estado mesmo, infelizmente sabemos que a política funciona desta forma, o prefeito Mauro Nazif e o Governo Confúcio Moura que está nessa gestão, quando a pessoa assume o papel de parlamentar deve ter ciência das críticas e deve ter noção da problemática e atuar, acredito que o Prefeito Mauro já tomou iniciativa de criar a escola. Mas agora passamos as discussões, está aqui o representante do Governo do Estado, do município, que foi uma pauta que foi me dada agora para a gente começar e ao final, lembrando os senhores que tem um coquetel que na verdade vai ser um almoço, 12 horas e 40 minutos,

lembrando que ainda tem outra audiência pública que eu sou Presidente que é para tratar de uma questão de litígio de terra aqui nesta Casa ainda hoje. Mas vamos lá, vamos para a pauta, as Secretárias responsáveis pelo município e Estado e as demais autoridades, a primeira: a construção da escola em espaço próprio, adequado ao ensino dos alunos atendidos, pois até o momento a Escola dispõe de espaço alugado. Eu quero perguntar para o Município agora, a Secretária. Já existe um prazo ou indicativo da construção de uma Escola, de uma sede própria para a Escola Bilíngue? A senhora pode responder, por gentileza.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO - Bom, devido à novidade, a Escola foi criada em 2013 e nós sabemos que trabalhamos com orçamento, e esse orçamento é feito no final do ano, nós temos que ter bastante cuidado nesse gastar e assim, que eu, Ana, saiba não existe ainda algo concreto, mas existe o pensamento e se sabe da necessidade da construção dessa sede.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - Então tem que existir uma resposta plausível eu vou buscar junto com o Secretário, a Secretária, junto ao Prefeito, uma resposta contundente. Não precisamos passar com hipóteses, que tenhamos respostas afirmativa. É esse o meu posicionamento. Neste exato momento a senhora não tem como responder, existe o indicativo somente?

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Sim, pela necessidade apresentada, agora, nós vamos levar a proposta ao Prefeito, certamente que sim.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - Está bom. Existe também a propor a educação precoce aos alunos surdos, com deficiência auditiva ofertar atendimento nas três modalidades de ensino, sendo Educacional Infantil, compreende da Creche a Pré-Escola, Ensino Fundamental de 9 anos, que compreende de 1º ao 9º ano de Ensino Médio através de parceria com Poder Público, das esferas Estaduais e Municipais, sendo que a Escola Bilíngue funciona com os três turnos diários, além de fornecer Educação de Jovens e Adultos. Eu entendi que se o Estado, aí vem o Estado e o Município, através de uma parceria, de um termo de cooperação, como já existe a Escola Bilíngue, indicar, só que o Estado também tem uma Escola aonde tem a formação especial que é a EJA, desculpa, que é a CENE, desculpa, a CENE. Então a gente tem que buscar se existe já, podendo ter uma parceria lá, atende todas as crianças especiais, portadoras de deficiência especial. Tem uma sala bilíngue dentro lá. Então é uma questão de Município e Estado depois buscar se houver esse vínculo, procurar quem sabe fundir a Escola Bilíngue Municipal, trazer esses alunos da CENE, aí, vai depender do Estado se há esse indicativo. Pode falar.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO - A nossa EJA lá na Bilíngue no caso, ela é em horário diurno. Isso aí, inclusive, já foi uma proposta nossa para toda a Educação Especial no plano Municipal de Educação. E eu aproveito para dizer aí na questão do intérprete, também foi uma proposta nossa para o plano e que foi aprovada.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - Então a proposta para o futuro. A gente vai encaminhar. Ativação da rua principal da estrada da Bilíngue, assim como melhor estrutura de acesso físico ao local garantindo a acessibilidade para as pessoas cadeirantes e outras. Aí deveria ter um representante, no caso, a Secretaria da SEMOSB, a SEMUSB também para poder falar do Município, esse pleito levar, se for também de Estado eu vou buscar o Estado através do Coronel Caetano ali, que tem uma parceria, um termo de cooperação para sanar essa problemática das vias ali e a acessibilidade para essas pessoas. Lembrando como eu digo, que tudo o que for falado nós vamos tentar resumir ao máximo, e fazer uma ata também resumida, para encaminhar para todos os órgãos competentes. Então a gente vai buscar também essa solução. Assegurar ao Atendimento Educacional Especializado para alunos que possuem laudo que informe algum tipo de deficiência. E aí eu queria que me explicasse. Já foi aprovado, então. Foi aprovado. Pode falar.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO - O AEE nós oferecemos não só para os alunos que tem laudo. Às vezes o aluno não tem o laudo ainda, mas ele apresenta algumas características, e nós como especialistas conhecemos e o AEE é oferecido a todos os alunos, assim ele tem essa necessidade. Ok? Inclusive o AEE da Bilíngue, a intenção é que os alunos que ainda não estão na Bilíngue possam fazer o AEE na Bilíngue.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - Aqui tem uma conscientização das famílias que tratam a Educação dos alunos surdos. Eu acredito que aqui deve ser uma campanha, entre o Estado, Município, a própria União, os demais órgãos, para somar e começar essa campanha quanto à questão dos surdos e os seus familiares, a educação da Escola Bilíngue, deve ser isso. Uma sensibilização através de campanhas publicitárias, deve ser isso aqui. Então a gente vai buscar também o Estado, o Município para a gente começar a traçar essas campanhas, também da inclusão, e conscientização da Escola Bilíngue.

Outro ponto. Pode falar, aqui é Estado e Município.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO - Em relação a essa conscientização nós já temos um trabalho, é assim: tudo acontece conforme se sente a necessidade. Nós percebemos que uma das nossas maiores dificuldades era trabalhar com quem? Com a família. A família, ela acabava tendo alguns problemas. Existe o luto, existe a falta de informação, e o que é que aconteceu? Baseado nisso; nós temos agora um grupo com as nossas psicólogas educacionais, entenda-se bem, em dois pólos da cidade, onde nós temos encontros com esses pais e é exatamente nesse sentido de sensibilizar. Quem são esses pais? Pais de alunos com necessidades educacionais especiais, independente da deficiência.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – O Estado também; deve também a gente começar a traçar uma espécie de conscientização para o surdo. Eu queria que a senhora falasse também, em nome do Estado.

A SRA. CLEIDIANE - Nós vamos levar essas propostas para a Secretária, porque no momento ela não se faz presente, mas

eu gostaria de falar em relação ao AEE, que nós atendemos também sem laudo, sem a necessidade de laudo, até porque já é uma legislação, já é uma discussão via MEC mesmo. E em relação também ao atendimento, a essa formação dos profissionais que trabalham com os surdos, dizer que nós tivemos aí, eu estou há pouco tempo na Secretaria, há três anos, mas dentro desses três anos há uma formação que nós nunca deixamos de atender, foi à formação de LIBRAS. Então, assim, eu compreendo a reivindicação, a briga, a luta, a gente compreende isso. Eu compreendo, enquanto Secretária essa situação, em relação 40 horas, 80 horas, a gente entende isso. Então, o que é que nós temos feito? Nós temos trabalhado sequencialmente, ou seja, nós trabalhamos, formamos uma turma de 50, 40 horas, na próxima formação, essa mesma turma vem. Ela vem, então, no básico, no intermediário e depois no LIBRAS Tradução e Interpretação e aí vai se aprofundando esses profissionais. É tanto que se nós pedirmos aqui para levantar a mão, desses professores que estão aqui, todos eles já passaram pelas formações do Estado, da Secretaria de Educação do Estado. Eu sou prova disso, a Professora Ariana e outras mais que estão aqui. Então nós temos feito esse trabalho. Nós contamos sempre em parceria, nós buscamos a UNIR, nós buscamos as Associações, nós temos o Professor Adson e outros que já somaram com a gente. Então, a gente faz essa parceria. É um trabalho que realmente a gente tem assim, buscado, porque a nossa preocupação é com o intérprete, é com o professor, com o aluno surdo que está lá na ponta, que lá dentro das escolas. Então a gente deixa em aberto sim, para essa futura conversa com a Secretária, para essa parceria, com certeza. O CENE já é um alvo, a gente já está sonhando com esses alunos ali do CENE, porque o CENE vai ser reestruturado, ele vai deixar de ser escola, a partir do próximo ano, a Secretária está reestruturando. Então, se ele deixa de ser escola, como eu vou escolarizar esses surdos lá dentro? Então já é algo que nós já estamos também averiguando, estudando, vendo a melhor possibilidade, está bom?

JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Concurso público, até para falar. É isso que eu vou falar agora. Concurso para instrutor, professor de LIBRAS, conforme previsto no Decreto 5.626/02; existe já a previsão tanto do Estado, quanto do Município, de concurso? Já foi aprovado já? No município também já foi aprovado esse concurso.

A SRA. CLEIDIANE – Isso.

ARIANA BOAVENTURA – Deputado, precisa colocar para o Estado a proposta...

SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Como aqui tudo é registrado, por gentileza, faz uso do microfone ali para registrar. Todo mundo que quiser, agora é o momento dos debates, falem...

ARIANA BOAVENTURA – Registrar que a Gerência de Educação Especial veja a real necessidade do interior e colocar a quantidade correta de intérpretes e também separar o concurso. Porque o concurso está sendo professor bilíngue. Está confundindo o que é professor de LIBRAS e intérprete.

Então, tem que haver dois concursos separados. Um para professor de LIBRAS e um para intérprete e com as vagas corretas. Porque tem interior, por exemplo, Cacoal, precisava de 4 intérpretes. O Estado abriu uma vaga e como é que fica isso, um intérprete para atender 4 escolas? Então tem que se colocar a necessidade real.

A SRA. CLEIDIANE – Ok. Primeiro a questão do concurso. O concurso público está em andamento. Ele vai abrir tanto para professor intérprete quanto para professor instrutor, que é o nosso professor surdo, esse próximo agora. Já está em andamento, já foi encaminhado para o RH essa explicação de quem é, porque eles não compreendiam, eles não entendem quem é o Professor surdo, quem é o Professor intérprete e eles que, questão de edital essas coisas todas. Porém, agora nós entramos, interferimos e já colocamos, inclusive, quem é o Professor surdo e quem é o Professor intérprete, então, isso aí já está claro para eles, se houver qualquer coisa diferente, nós estamos lá para estar vendo essa situação, então já está em andamento este concurso. A questão do quantitativo, quem nos informa, quem informa ao RH o quantitativo necessário é a CRE, CRE é Coordenação da Secretaria Estadual de Educação nos Municípios, as informações de vagas, eles que solicitam. Agora assim, nós queremos deixar, até aproveitar a oportunidade porque, no último concurso, foi informado o quantitativo de vagas tudo mais, nós temos trabalhado já com a banca desde 2012, então, nós não contratamos pessoas sem banca, então a gente passa, e sempre tem a presença de um professor surdo, no caso o único professor surdo que nós temos concursado é o Professor Dirley, de Cacoal e ele que nos acompanha nesse processo da banca examinadora de LIBRAS. Então, o profissional, ele tem, como não tinha concurso, ele estava passando pelo teste emergencial como disse a Aldelina, então, ele vinha entregava a documentação, comprovava a questão da pós em LIBRAS, da formação dele e passava-se então por uma banca, nós temos feito isso em 2012, 2013 e esse ano já teve uma banca também de contratação. O que acontece, o nosso profissional de LIBRAS, lá na ponta, ele não passou, em relação a essa questão de Cacoal mesmo que ela citou, tinha uma vaga, passou apenas um, realmente os demais, mesmo que tivesse mais vagas não teria como, porque não passaram os demais profissionais que apareceram, é até um questionamento que nós temos por quê? As pessoas estão fazendo pós, pós em LIBRAS e acreditam estarem prontas para estar lá interpretando, a gente sabe que tem que ter profundidade em LIBRAS senão, não vai, e nós temos encontrando esse tipo de profissional, nós andamos o Estado inteiro para poder encontrar esse profissional. Então, assim, os que tinham, passaram, então assim, não tem reclamação de não ter vaga, mas de não ter profissional preparado, nós perdemos pessoas, graças a Deus, está aqui a UNIR, e está o IFRO. Então, nós temos pessoas que estão hoje no IFRO; nós temos pessoas, que estão hoje nas universidades e que eram do nosso quadro do Estado. Então, eu acho interessante assim ressaltar isso também, mas a gente não tem parado com as informações porque é uma necessidade. Espero ter respondido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Sim, vai ter o concurso, já está em aberto, está sendo encaminhado. Eu vou passar, eu quero perguntar para o município agora, esse concurso também abre para Professor e também para intérprete também, é isso? Nas duas áreas.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Olha eu não tenho previsão agora de concurso conforme está constando no Estado, nós tivemos o concurso agora, onde foram chamados quatro Professores, quatro professoras bilíngues, mas para intérprete, nós ainda não tínhamos nem o reconhecimento da função, da profissão ainda, e agora isso foi reconhecido, sendo reconhecido é que se consegue contratar. Porque não tem como contratar o que não existe, então se a Lei agora proporcionou isso, vai acontecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O administrador está adstrito as normas, ele não pode fazer algo que não exista dentro de uma Lei, então, hoje existe a Lei, ela vai ser aplicada. Outro ponto: a implementação...

A SRA. ARIANA BOAVENTURA – Deputado, a prefeitura tem intérprete concursado há dois anos, então por que a prefeitura que tem intérprete concursado não abre mais concurso? Esse menino que está aqui presente é o único intérprete do município, ele não tem como atender o município em conferências, palestras, reuniões...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem uma Lei que tem que ser falada, ontem eu falei sobre isso, que não é só a Assembleia, os poderes, a instituição não tem, não tem um intérprete, se chegasse alguém aqui falar com a maioria, ia ficar numa situação complicada, então, é preciso. Então é esse motivo que a gente está agora discutindo, debatendo esses pontos para encaminhar é isso que estou falando, Então, por isso que eu quero ser até rápido e célere para a gente ser mais preciso, falando da aplicabilidade, mais preciso. Então, o concurso foi aberto, só tem um intérprete, então, eu vou pedir qual é a necessidade, algum técnico deverá me informar, quanto o Estado e o Município deveriam ter no mínimo para o município, quantos intérpretes.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Eu quero só esclarecer, o Miguel, ele fez o concurso para intérprete, como não tem a função, ele foi contratado como Professor. Então, nós temos que primeiro regulamentar a coisa para que eu realmente possa dentro da Lei contratar, nós sabemos que eu não tenho como ter alguém que não existe, então, ele é o intérprete, atua como, está na Divisão de Educação Especial. Então, ele nos auxilia nesse sentido, mas, como não tinha função, ele foi contratado como professor. Ele vai falar.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode Falar Miguel.

O SR. MIGUEL – Eu fui contratado como Professor, porém estou nomeado como Professor/intérprete em função de eu não ter formação pedagógica, não posso ficar em salas de aula. No entanto, tinha uma brecha do qual eu fui contratado, mas, hoje eu estou na SEMED como professor.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Entendi. Então, vai ter uma Lei Municipal que vai ser encaminhada ou já tem essa lei autorizativa, como é que vai fazer?

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Foi aprovada agora no Plano Municipal de Educação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Ah! Sim.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Está sendo reconhecido, automaticamente nós temos condições de...

O SR. RONDON DA SILVA – Deputado, o curso, eu gostaria de enaltecer aqui o trabalho da Escola do Legislativo que vem oferecendo há alguns anos já o curso de LIBRAS, não só como a SEDUC faz, fechando para os professores dela, não abrindo para a comunidade. Mas a Escola do Legislativo, ela recebe o pai, o irmão, o avô, o tio do surdo que queira aprender LIBRAS e ele vai lá para dentro onde o surdo ministra aula e são cursos excelentes; tanto curso de LIBRAS, como curso de Interpretação, há anos vem sendo aplicado na Escola do Legislativo, a quem eu parabeno aqui através do senhor.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Desculpa-me, falei que não tinha, a Assembleia tem sim, tem o William, têm vários profissionais na Escola do Legislativo, a Rose, a Professora Rose que administra lá, tem vários cursos específicos para os surdos. Então, tem sim. Pode falar.

A SRA. ARIANA BOAVENTURA – Então, a Escola do Legislativo foi a primeira Instituição a colocar o curso de LIBRAS para a comunidade, aberta a comunidade. A carga horária é de 120 horas, 20 horas de teorias e 100 horas de práticas, inclusive, quem dava teoria na época e quem dá ainda, é o Professor Marcos Loureiro, na época eu como professora dessa Instituição e o professor Cleber que passou 5 anos trabalhando nessa Instituição, hoje nós temos a Aline e o Danilo que trabalham nessa Instituição e o Marcos Loureiro, eu falei Marquinhos, mas é Marcos Loureiro, desculpa, é a intimidade, muitos anos juntos. E esse curso de tradução, ele começou esse ano devido à grande necessidade, pessoas que tinham vários cursos de introdução e não havia. Outra questão que eu estava levantando antes, informática para surdo já existe há muitos anos, há 10 anos que já começou e esse ano o professor William Sestito que é do SENAI, também voltou a trazer o curso de Informática para Surdo. Eu gostaria de informar que existe uma Lei Municipal criada, que reconhece a Lei de LIBRAS, inclusive, a maioria do pessoal que está aqui, estavam lá e, lá ele fala do profissional, tradutor intérprete. Eu acho que falta, é que a SEMED pegue essa Lei, veja como é que pode incorporar isso, porque a lei foi aprovada pelos Vereadores, a Lei existe. Como eu falei também que existe uma Lei de LIBRAS aqui na Assembleia Estadual que precisa só ser reformulada, ela já existe, só precisa ser reformulada para a atualidade, para a real necessidade de hoje, porque ela foi aprovada dois anos depois da Lei Nacional. Então, assim, a gente vê que falta muita coisa. Então, eu acho que o diálogo é importante, fazer novas reuniões, não sei se no formato de Audiência, mas talvez até de Conferência e a gente pode está mostrando que já existe, porque existem

algumas coisas que parece que estão escondidas como a própria Aldelina falou, o CAS, ele é um projeto do Governo Federal, o Governo chegou, cortou e falou o seguinte: "só vai atender Porto Velho". Achando que aquele projeto CAS é do Governo e não é do Estado, é do Governo Federal. Rondônia é o único Estado que o CAS só atende um município.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vamos lá. Então, ficou assim, vai verificar a norma do município, autorizativo, se já existe; eu vou buscar através desta Casa essa Lei também que já existe, porque a propositura de uma Lei lá em Brasília que me trouxeram e eu achei muito interessante também apresentar, eu ia fazer uma breve leitura e a gente poderia alterar esse dispositivo e acrescentar nessa Lei existente para dar os devidos encaminhamentos. Traçar junto aos gestores de escolas para fazer o mapeamento dos alunos surdos e encaminhar a educação bilíngue tendo a primeira língua brasileira de LIBRAS; com a segunda, a Língua Portuguesa, por escrito. Então, isso aí vai ser traçado, ela vai, a professora, a Secretária, a representante da Secretária já firmou esse compromisso em fazer esse mapeamento das crianças, no caso, propor educação integral na Escola Bilíngue, com implementação de projetos contemplam o letramento em português, escrito como segunda língua onde os alunos frequentariam as aulas no segundo turno contrário de estudo. Como letramento, poderia explicar?

A SRA. SIRLEIA – Então, a proposta do letramento, seria. Nós sabemos que a escrita da pessoa deficiente auditiva ou com surdez, ela é diferente, tem que ser respeitada. Então, assim, como segunda língua, esse aluno, ele frequentaria o turno contrário para ter oficina de letramento com um professor capacitado bilíngue, onde hoje nós tivemos o primeiro concurso onde contrataram quatro professores bilíngues da Prefeitura Municipal de Educação, e estamos esperando a resposta de uma lei que já existe para a contratação através de concurso público para intérpretes de LIBRAS. Então assim é uma das propostas do projeto que já está pronto da Escola Bilíngue e eu espero que a Secretaria Municipal de Educação - SEMED -, já veja com carinho e nos dê uma resposta favorável para que a partir do ano de 2016 já inicie essa nossa educação integral para os alunos com surdez. Deixa eu explicar, AEE nós temos alunos na Escola Bilíngue que além de surdez tem laudo de outras deficiências, no caso, dos cadeirantes, alunos surdos autistas, então assim eles frequentariam o AEE também como a Ana acabou de explicar não somente aqueles alunos com laudos, mas alunos que não tem laudo, mas que é detectado pelo psicopedagogo, que necessita desse atendimento educacional especializado, a Escola seria um pólo para atender tanto os alunos dentro da escola e outros. O letramento, ele também entraria ali com outro profissional capacitado entendeu? Diferente o AEE e letramento para pessoa com surdez, diferente.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO - Essa educação de tempo integral está sendo implantada agora na Prefeitura, não é algo fácil porque você imagina que a criança, ela passa um período ali e de repente ela vai passar os dois, tudo é meio que o dobro, fora aquilo que normalmente não se pensava em ter em uma escola que eu vou ter que pensar em ter tipo

colchonete, por que se essa criança fica integral, ela vai ter um período de descanso não é? Então assim está sendo implantado e agora no começo a previsão é para 4 escolas, se eu não me engano, 4 escolas, pode ser uma proposta para a bilíngue, vamos ver.

O SR. RONDON DA SILVA – Deputado, eu estive com o diretor da primeira Escola Bilíngue que tinha inclusão, propunha inclusão do aluno, eu hoje digo eu tenho 50 anos e eu digo maldito aquele que inventou a inclusão, por quê? Porque se fosse tudo destinado, aquela escola especial era tudo lá para ela. Não. O Governo para se livrar da Escola Especial, ele criou a inclusão jogando os deficientes em várias escolas, mas, não capacitando os profissionais para receberem esse deficiente. E hoje nós temos esse problema criado pelo Governo Federal. A inclusão é isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Mas qual seria então a proposta?

O SR. RONDON DA SILVA – Eu acho destinar, é capacitar, se equipar de meios para você levar o surdo para a escola de surdo, o deficiente mental para a escola onde tenha deficiente mental, é levando ônibus, é levando intérprete, é equipando e qualificando aquela escola. Não dando preferência para o 21 de abril, para o Colégio Manaus, não, não é fazendo isso. Mas direcionando ele naquela escola. Eu conheci na época a maior escola da América Latina em Porto Alegre, chamada Escola Especial Concórdia, que ela tinha 435 surdos pela manhã e 473 surdos a tarde, desde a educação infantil até o ensino médio, a escola propunha, além disso, tudo, ela propunha a estimulação precoce que não é trabalhada por nenhum lugar aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Propor oferta de concurso para preenchimento dos quadros na Escola Bilíngue em 30% das vagas sendo composta por pessoas surdas garantindo assim o contato do aprendiz com as pessoas detentoras da língua materna em seus diversos cargos. Isso é uma proposta também para a gente encaminhar aqui. Ofertas de curso para a comunidade, familiares, cursos práticos de LIBRAS, foi falado que a Assembleia Legislativa é pioneira também, ela propõe esse tipo de curso no Município e no Estado.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Nós vamos ter agora a terceira pós em Atendimento Educacional Especializado que está sendo oferecida aos professores da rede municipal, nós não podemos estender para fora obviamente por que é do município.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O Estado tem algum curso, alguma escola de formação?

A SRA. CLEIDIANE – Não, eu ia até dizer assim para o professor, porque na verdade nossas formações são para os professores de Atendimento Educacional Especializado.

O SR. RONDON DA SILVA – Fechado para professor?

A SRA. CLEIDIANE – Também para diretores....

O SR. RONDON DA SILVA – Propor, Deputado..

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Deixe ela terminar, aí tu falas. Pode falar.

A SRA. CLEIDIANE – Então, não é aberta a comunidade porque vocês já entendem que a gente trabalha com a Secretaria, a gente trabalha com professores, recursos do MEC vêm destinados a professores, isso tudo tem um planejamento, projeto, e não é dessa forma que acontecem as coisas, é interessante o questionamento do professor, porém não é dessa forma que acontece o modelo do MEC, ele está questionando não é o Governo do Estado de Rondônia, ele está questionando o modelo do MEC, então a gente trabalha dentro da política de inclusão que é o modelo do MEC, então é dessa forma que nós trabalhamos, obedecendo às legislações.

O SR. RONDON DA SILVA – Acredito. Professora quando eu falo que a SEDUC fecha, é porque quando ela abre um curso de LIBRAS, ela sequer oferece vaga para o servente lá, para a zeladora, para a merendeira, para o porteiro e eles é que vão recepcionar o surdo, eles precisam saber LIBRAS. Eu acredito nesse tipo de trabalho. E também assegurar, Deputado, a formação de intérprete e exigir essa formação de intérprete pela Secretaria de Educação. Os cursos que a Assembleia oferece, está atendendo mais do que a Secretaria, do que o Governo estadual, porque ela abre para toda a comunidade, eu conheço enfermeiro, conheço médico interessado em fazer o curso, eu conheço todos os profissionais que estão indo procurar a Assembleia onde você não paga para fazer o curso, você leva lá uma lata de leite, essa iniciativa é sensacional, sensacional, esse trabalho da LIBRAS, para a difusão da LIBRAS feito pela Escola do Legislativo merece parabéns sim.

A SRA. CLEIDIANE – Concordo com o professor em estar abrindo para a comunidade, mas é de novo voltando, a Secretaria de Educação trabalha com a educação, com os professores e com as escolas, em relação a atendimento de zelador, de secretária e tudo mais, como que nós trabalhamos com esse pessoal dentro da própria coordenação; da Coordenação de Educação - CRE - dentro dos municípios. Então nós temos o profissional formado, ele trabalha cursos básicos de LIBRAS, nós temos vários, se nós trouxermos, se tivesse como trazer essas pessoas aqui, nós temos muitos profissionais dentro da escola que tem o básico de LIBRAS, fala oi, bom dia, boa tarde, consegue comunicar com o surdo dentro da escola, então nós temos esse atendimento, é tanto que nós teremos na semana que vem em Cacoal, dado pelo INES, o INES está vindo, Instituto Nacional de Educação de Surdos está vindo ali em Cacoal e nós estamos levando pessoas de todo o Estado de Rondônia para participar desses dois dias de formação lá. Então a gente trabalha dessa forma, o nosso profissional está dentro da escola, ele não é só intérprete, ele dá formação juntamente com os surdos. Cacoal, Alvorada, Vilhena, Seringueiras, onde tem surdo, ele é professor instrutor de LIBRAS lá dentro da escola para a comunidade, para a comunidade.

A SRA. ALDELINA VASQUES – Cleidiane, só um momentinho, então vocês deviam divulgar mais...

A SRA. LEIDIANE – Por quê?

A SRA. ALDELINA VASQUES - Divulgar o trabalho de vocês em termo de secretaria. Eu estou sabendo desse curso de Cacoal por um encontro que eu fui para o interior de alguns intérpretes, então fiquei sabendo lá desse curso em Cacoal, assim deviam divulgar mais o trabalho da Secretaria em torno disso, faz blog, coloca na mídia para saber que está acontecendo alguma coisa em termos de Secretaria. Só voltando um pouquinho com relação ao CENE, eu já fui do CENE, trabalho há mais de 20 anos com os meninos surdos, com as crianças surdas, você falou com relação ao ano que vem se tornar um centro, mas naquela estrutura que está lá? O senhor já foi visitar, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou fazer uma visita.

A SRA. ALDELINA VASQUES – Vá visitar, vá visitar a estrutura física. Então, se for naquela estrutura física para se tornar um centro, nem escola ali é adequada; muito menos um centro. Então é só para repensar, já que vão transformar em um centro, em termos de estrutura física, nós temos que dar estrutura física lá também.

A SRA. CLEIDIANE – Certo. Ele já está em aprovação essa reestruturação, inclusive, a estrutura física, já está lá no setor de obras, já até desenharam, está tudo planejado.

A SRA. ALDELINA VASQUES – Há 10 anos, há 10 não, há 6 anos eu ouço projeto, eu ouço financeiro, verba que foi não sei para onde, há 10 anos que eu ouço isso, eu espero que o ano que vem realmente isso se faça, fisicamente falando.

A SRA. CLEIDIANE – A professora Fátima tem se empenhado em relação ao centro, é algo assim que é a menina dos olhos dela mesmo, ela tem trabalhado muito na questão da reestruturação do centro, inclusive, a gente até crê que ainda aconteça este ano, mas a gente está acompanhando todo esse processo.

O SR. RONDON DA SILVA – Deputado, eu não posso deixar de falar que a menina dos olhos da Gavioli deve estar miope, porque todos os cursos de formação para professores do interior, todas as visitas marcadas para a próxima semana, para a outra seguinte foram suspensas, porque eles estão negando carro para levar o profissional e o profissional que quiser ir, tem que ir de ônibus. Isso é uma realidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou, vamos fazer o seguinte, já que eu vi que começou os embates aqui, eu vou propor que seja feita também uma Comissão, eu vou sentar com a Fátima, com a Secretária, e tudo o que está sendo discutido aqui eu vou levar para ela. Tanto com o Município, eu vou sentar com a Secretária, eu vejo que existe um algo, uma problemática, lembrando: eu sou do marco inicial. O que é

conversado hoje; quem já conhece o meu perfil, aqui no Parlamento e a própria Secretaria e o próprio Governo sabem do meu posicionamento, e eu sei cobrar. Então o que está sendo falado aqui, vou cobrar e de uma forma que seja, se buscar socorro até no Judiciário. Mas esta tribuna também dói. Não queira ter um Deputado aqui todo dia descendo, como diz o linguajar, a taca, no Município e no Estado. Eu vou falar agora sobre a oferta de cursos para a comunidade e os familiares, foi falado. É para as duas, se o Legislativo, a questão de norma também, eu não vejo nenhum prejuízo do Estado criar como foi, eu quero parabenizar, que foi agora inaugurada a questão do Restaurante Popular de R\$ 1,00, lá na Zona Leste. Então por que não criar o Estado também um Centro Educacional? É bem querer, é querer. O Estado também, eu vou conversar com a Secretária para a gente também, quem sabe o Município criar também esse tipo de curso, ofertar o curso. Cabe a nós discutirmos, se o Legislativo pode por que o Estado não pode? Sim, pode. Eu vou cobrar também o seu pleito, levar aos Deputados Federais, aos Senadores, encaminhar também essa documentação para o âmbito federal. Foi como você falou foi fechado, o motivo que foi fechado, as circunstâncias que o levaram ao CAS. Então, quanto à oferta. A oferta é de cursos pré-vestibulares no contrato para alunos surdos. Cursos pré-vestibulares, questão de cursos. Também deve ser falado como vai ser feito se o Estado não dá. Como é que é feito, poderia ser feito, vocês têm, não tem cursos?

A SRA. ANA CAROLINA VIANA – Não tem nada específico, mas tendo os profissionais e tendo o público, automaticamente se providencia o especialista. É necessário, obviamente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então a proposta do Município? Aí eu vou querer ouvir também do Estado. Tendo a procura, tendo as pessoas o Município vai disponibilizar os profissionais para prover aí, no caso, os cursos, no caso, pré-vestibulares. Agora vamos entrar numa seara, transporte escolar por parte do Município. Eu fiz um contato, foi solicitado que não existe transporte escolar para a Escola Bilíngue, eu procurei disponibilizar Emenda, mas por conta de já estar comprometida, a questão das minhas Emendas que foi direcionada para a questão dos militares, e também não tinha afirmação quanto ao PPA já tinha uma garantia quanto ao transporte, eu já estou verificando para o ano que vem a disponibilidade de um veículo através da Emenda Parlamentar. Então eu peço junto, se pode ser Estado, Município, encaminhar para o Estado. Qual será a forma mais rápida para disponibilizar esse transporte para a Escola Bilíngue. Se for com o Município tem que ter uma contrapartida, tem que ter uma contrapartida. Por exemplo, se o veículo for R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), o Estado, Município deverá entrar com R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para a aquisição. Então vamos traçar aí uma proposta minha, vamos ver o quantitativo, se é preciso um ônibus, um micro-ônibus para a aquisição. Então, agora, a minha questão, o meu compromisso aqui é disponibilizar um valor de emenda para a aquisição desse transporte para a Escola Bilíngue. Então, eu prefiro ver junto com a Secretária Fátima Gavioli, e junto também à Secretária Chaguinha, para verificar essa questão aí desse transporte. Então já existe uma Lei. Não existe uma Lei? Tem uma Lei lá de

Brasília, que ela é bem interessante: “que estabelece as diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais direcionadas para a Educação Bilíngue, para os surdos a serem implantadas e implementadas em todo Estado de Rondônia e dá outras providências”. Eu vou ter que ver essa Lei que foi citada. Mas ela tem vários artigos que para mim eu li, mas não diz quanto à questão de valores. Até porque a Assembleia Legislativa, deixa eu explicar, ela não pode, ela tem competências exclusivas que são disciplinadas nos artigos 39, 29. Competência exclusiva do Governador. A Assembleia não pode colocar ou editar valores para o Estado de Rondônia, ou, disciplinar em ações que é do próprio Executivo. Então, por isso que essa matéria aqui não dispõe sobre valores. Então é motivo para que façamos aqui uma discussão, junto com a Secretária do Estado de Rondônia, para verificar a possibilidade dessa propositura dessa Lei. Que agora eu vi que tem uma Lei, e nós podemos adequar essa Lei, e aí sim, ela pode colocar nascendo do Executivo essa questão de disciplinar valores; disciplinar tudo isso. Então, através da formação dessa Comissão que vai ser feita pelo Legislativo e demais representantes do Estado, eu vejo essa questão da necessidade que você citou. Aqui não fala sobre valores.

A SRA. ALDELINA VASQUES – Quando eu falo dos valores, é que eu sou contratada como professora e os intérpretes também contratados aqui da Secretaria; o valor e a jornada, é como o professor. Não se Vossa Excelência verificou Deputado, que teve um rodízio de intérpretes nessas quatro horas, ainda não são nem quatro horas, mas houve um rodízio de intérpretes, aqui. Então na Escola o intérprete, ele fica 4 horas sentado ou em pé interpretando, visivelmente impossível, porque a gente cansa fisicamente. Então quando eu falo em questão de valores é relacionar a jornada de trabalho, aí vai entrar no Plano de Cargos e Salários é outra conversa, mas se a gente colocar assim “já tem as atribuições desse profissional, são específicas”, aí a gente já pensa em valores posteriormente. É nisso que eu falei.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Mas assim, como eu te digo. Nós temos que ter uma referência de Lei Federal, alguma coisa do MEC, alguma coisa que possa trazer para o Município, para o Estado para dar esse suporte, essa garantia. Até porque, como vocês bem sabem, existe dentro do Direito, dê aos iguais, tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais. Mas infelizmente, no Brasil, quando há essa diferença para um, aí lá vem a massa: ‘não...’, aí já começa... É uma coisa muito sensível para ser discutida, mas queremos trazer essa discussão sim. Mas você está entendendo? Você falou na questão, a gente sabe, aí vem, ‘não, mas e eu, e eu?’. Aí vem, aí tem o impacto orçamentário, que aí já é o Estado. Eu tenho a responsabilidade também em falar de uma forma correta para não trazer também, futuramente, uma esperança ou algo assim, depois frustrá-los. Por isso que a gente tem que discutir isso de uma forma mais ampla, mais discussão e também com solução, isso é fato, metas e solução. Então eu vou até pedir para vocês, a lei está aqui, ela está aqui. Então, formamos aqui uma comissão até para encaminhamentos, as pessoas que fazem parte desta Mesa aqui, representando o município,

o Estado, a Universidade, aí a gente coloca uma Mesa e já iremos começar algumas reuniões juntos, no intuito de já dar os encaminhamentos. Eu vi que eu tracei algumas; fiz algumas anotações, vou pedir, através da lavratura dessa ata, o que foi firmado aqui, feitos os devidos encaminhamentos. Até para não, como eu digo, a lei ficou prejudicada, prejudicada não, para a gente sentar e analisar de uma forma mais profunda, do que sem ser falada. Eu posso apresentar, mas e aí? Depois: “por que não colocou isso, por que não fez isso, faltou isso...”. Então é melhor a gente discutir de uma forma ampla essa norma.

Eu vou passar agora a palavra, de uma forma bem rápida, para a mãe de um surdo, aluno da Bilíngue.

A SRA. MARIA DO CARMO – Boa tarde a todos, eu estou aqui representando os pais da Escola Bilíngue. Teria vindo antes, mas fiquei muito nervosa, não deu. Mas como eu vi o calor da conversa aqui, eu decidi falar sobre a importância da chamada inclusão nas escolas regulares. Não existe essa inclusão. Existe uma inclusão dessa forma: o aluno chega lá e ele é sentado na última cadeira e o professor dá um papel com uma forma, para ele desenhar, pintar lá ou só cobrir as letrinhas, mas ele não aprende nada, nada. Não aprende nada. Minha filha ficou três anos, dois anos e meio, numa escola sem aprender a escrever o nome dela, até que uma orientadora me chamou e eu falei, eu levei laudo na matrícula. Quando a minha filha, eu matriculei ela quando teve aquela chamada escolar, eu levei laudo e falei: “ela é surda, ela não aprende nada”. Isso, imediatamente, na sala de aula, tem que se diminuir a quantidade de alunos, isso não foi feito e a minha filha ficou dois anos e meio. Na pré-escola tudo bem, é só pintar mesmo, tudo bem, aprender a brincar. Mas para aprender mesmo, nada. Não sabia vogal, não sabia escrever o nome, não sabia chamar, nada. Ela fala algumas palavras, entendeu? Mas não sabia nada. Em um ano e meio que a minha filha está na Escola Bilíngue, ela aprendeu muita coisa, muita coisa. Desculpe-me, eu pedi para falar e tomar mais tempo de vocês. A importância da Escola Bilíngue para este Estado é grande, para essas crianças é muito importante. Essas três mulheres que estão aí, sentadas junto com vocês, são três guerreiras. A minha filha mora na zona, nós moramos na zona Sul. Eu pego dois ônibus para chegar até lá. Eu ando da minha casa, para pegar o Norte-Sul, 15 minutos para pegar o Norte-Sul, eu desço em frente ao Gonçalves para pegar outro ônibus. Eu ando, vocês viram, vocês sabem a distância, quem já foi lá sabe, a pé, até chegar à escola. É difícil, é complicado. A minha filha já passou por duas professoras ali. Está agora com a Professora Cleidiane, que está aqui. Ela não sabia nada. Essa semana, antes de ontem, Cleidiane, você deu aquela tarefinha da somazinha, eu fui ajudar ela e ela: “não, mamãe, não, eu sabo, eu sabo”. Ela fez a tarefa sozinha. Aprendeu a somar tudo sozinha. É importante. Essa Escola tem que ser observada e olhada com carinho. E hoje, a principal dificuldade é a locomoção desses alunos, dessas crianças, dessas meninas que vêm sozinhas para a Escola, como a Sandra, a mãe dela está sentada ali, ela vem sozinha para a Escola, pega o Interbairros e vai só, à mercê de homens pedófilos, de todo tipo de perigo. Gente, nós precisamos de um transporte escolar para aquela Escola. A gente precisa que essa Escola seja olhada com carinho, com

atenção. Esses alunos não tinham, na Escola, Educação Física. Eu passo o dia lá, à tarde lá, porque eu vou com a minha filha e fico lá, fico lá para não voltar para a casa depois. Vocês vêem nos olhinhos delas a alegria que é aquela Educação Física. Aquele professor que está lá usa o material que eu acho que é dele, porque não tem material para ele trabalhar na Escola, não tem, não tem. Ele usa cone, esses cones de trânsito para trabalhar com as crianças, uma bola, uma bola. Uma bola, gente! Uma bola tem na Escola. Uns bambolês velhos que tinham lá, ele usa para trabalhar com aquelas crianças. Vocês não imaginam o que é uma criança, como um cadeirante, para trabalhar com uma criança cadeirante uma Educação Física. O brilho no olhar daquela menina. Outra criança que também tem dificuldade de locomoção, o Eduardo que a gente chama de Dudu, que ele anda num velocípede, vocês não **vêm**, vocês precisam olhar para essa escola, precisam que alguém entre lá e passe um dia com aquelas crianças, uma tarde com elas para olhar. Quem não tem filho com nenhuma necessidade especial, não entende, e não sabe qual é a importância disso, para a gente que tem. A minha filha, ela passa hoje num local onde tem escrito VITÓRIA, ela diz VITÓRIA, que eu olho, está lá escrito, vitória ela aprendeu a ler. Ela aprendeu a ler o nome dela, ela não sabia, e essa escola, ela tem, ela precisa da ajuda do Estado e do Município. É uma escola para o futuro dessas crianças. Um dia, eu quero ver minha filha sentar ali, onde está a Ana Carolina, onde está a professora Neide, a Sirleia, eu quero ver a minha filha onde está aqui, eu esqueci o nome, a Ariana. Eu preciso ver minha filha assim como os pais que estão ali, está vendo aquele povo que está ali, são pais, são alunos, eles precisam disso. Eu agradeço gente, essa oportunidade que o senhor me deu, obrigada pelo senhor estar olhando para a gente com esse olhar agora, obrigada pela Prefeitura, pela representante da Prefeitura do Município, do Estado que estão aqui, entendeu? Escutem, é um apelo não é de uma mãe, é representando outras mães sabe? Outras mulheres, outros pais, eu estou aqui falando por todos eles, obrigada gente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu acho que foi o depoimento mais emocionante desta tarde, eu quero agradecer realmente, e como eu digo sempre na minha fala, quando eu sou provocado, quando alguém me procura, eu abraço a causa. Eu não tenho realmente filhos especiais, mas eu me sinto, já teve amigos, mães, e sempre tive um olhar diferenciado realmente e, é uma coisa que deve ser, parece que é esquecida, a política pública esquece essas pessoas, não só com essas crianças tem outras coisas piores que acontecem com o Estado, abandono. Querem saber aí de muitos querem só saber de corrupção, desvio de verba. Eu garanto que se o Estado brasileiro pensasse de uma forma mais adequada, muita coisa já se teria mudado. Isso é fato. Nós sabemos de escândalo do BNDES, escândalos da Petrobrás e assim sucessivamente só pensam em enriquecimento. Um presidente, Lula, que sempre falou que pregava a moralidade, lutava contra um esquerdista, hoje é um dos homens mais ricos, seu filho é dono de um patrimônio, como é que o cara consegue, como um mero Presidente da República ter um patrimônio, mas isso nós não vamos discutir. Quero dizer que nós temos que acreditar, estou sim, e enquanto eu estiver neste Parlamento, estarei nessas

causas justas buscando a solução. E agora um pedido professor, para os dois, Município e Estado, sim eu também entro se for necessário, vamos resolver a situação do ônibus. Eu peço para vocês, eu tive um contato, a professora Fátima falou que não tinha nenhum ônibus, há uma proibição, nem que eu tenha que buscar o Governador agora. Eu vou oficializar o Governador do Estado de Rondônia e informá-lo, se tem algum ônibus, se a Assembleia a gente entra com algum recurso de emenda para resolver e consertar algum ônibus que tiver, pelo menos para sanar esse problema, para depois, no ano que vem a gente fazer a aquisição de um ônibus novo para dar o suporte, como ela disse dois ônibus, as crianças não têm um meio de locomoção, é uma falta de respeito mesmo com os pais, com essas crianças, com a própria escola. Então, vamos unir, aí eu peço que você representando hoje, o Estado e o Município me traga uma resposta: olha, Deputado, eu pude ver isso aqui"; e aí a gente vai ter que resolver agora, é o que a gente pode trazer desta tarde, é resolver essa situação do transporte para essas crianças. Eu peço aqui esse compromisso do Município e do Estado de dar um encaminhamento dessa solução, eu vou cobrar. Eu vou chamar agora a Chaguinha e a professora Fátima Gavioli para a gente sentar, porque é como eu digo, não, é incabível aguardar mais e mais a questão desse ônibus, desse transporte escolar. Por quê? Eu vi quantos ônibus novos aí, não sei se é do Município ou do Estado que fazem o circuito, que fazem o transporte na questão rural, eu ouvi. Isso é do Estado àqueles ônibus novos que tem? É do Município? Então vamos ver agora, nem que eu tenha que ir lá visitar essas garagens aí para ver, porque o Município não vai disponibilizar. Se o Prefeito Mauro Nazif, ele já abriu a escola, por que não vai disponibilizar o ônibus? Então eu vou cobrar do Prefeito também, este transporte. Prefeito está aqui a minha mensagem, vou conversar com o Deputado Cleiton Roque, vou conversar com o Ricardo Fávaro que também faz parte do Estado, para a gente buscar agora resolver essa questão do transporte da Bilingue. E por último, para finalizar, se vocês têm as considerações finais, o Presidente da Associação quer falar e aí eu vou finalizar, uma hora e trinta e cinco minutos, desculpa, lembrando que está aqui o senhor Neivaldo Zovico, Coordenador do Direito das Pessoas com Deficiência da Federação Nacional dos Surdos – FENEIS, de São Paulo.

A SRA. ARIANA BOAVENTURA – Só um pouquinho. O Danilo quer fazer uma breve, depois ele quer falar.

O SR. DANILO RAMOS (Intérprete Ariana Boaventura) – Bem, eu queria pedir desculpas, eu ouvi muita opinião, percebi muitas coisas, os ouvintes falaram e eu e a Carol já falamos, muita gente falou da inclusão, eu vi, desculpa gente, eu já sofri muito como surdo e já vi surdo sofrendo. Eu estudei no Barão em 2005 mais ou menos, estava sozinho na inclusão, eu sofri demais, os surdos, eu sofria *bullying*, havia muita briga, a gente discutia, eu discutia muito, é muito difícil a inclusão de verdade, gente, desculpa, eu já sofri na pele e vejo que a Escola Bilingue, é a forma que o surdo vai ter de adquirir linguagem de verdade, de ter contato com outro surdo e ter uma educação de qualidade

e os outros já sofreram, temos que acabar com o sofrimento, nós já sofremos muita opressão, chega de opressão; muitos outros, não sou só eu não, muita gente deixou de crescer e hoje a gente vê que o povo surdo que está aqui, o povo surdo está preocupado, desculpa está falando, mas é uma opinião, é minha opinião, é verdade não sou só eu não, tem um surdo que está aqui que tem experiência lá em São Paulo, o que foi que aconteceu e ele já veio aqui, já explicou muito o quê aconteceu; então, o Neivaldo vai vir aqui, ele é de São Paulo.

O SR. NEIVALDO ZOVICO - (Intérprete Ariana Boaventura) - Boa tarde a todos vocês, eu estou muito feliz de estar aqui, conhecer vocês, está vendo vocês, estou vendo que tem muita gente, as pessoas que me convidaram estão aqui presentes; eu estou vendo as discussões com relação ao Estado, Prefeitura, Governo; a gente precisa de verdade de consciência, essa troca de consciência, precisa união dessas esferas todas. Hoje eu vou dar uma palestra, por exemplo, lá em São Paulo, a Escola Bilingue de São Paulo para surdos, lá em São Paulo, tem 06 Escolas Bilingues para surdos; tem dois pólos da Prefeitura, a Prefeitura paga, dá recurso, tem ônibus, tem Van que leva esses alunos para escolas. Então, são 06 escolas, são muitas, então, a gente vê que tem como conseguir recursos, a prefeitura vai pagando essas Vans, vai pagando; o Estado não tem, já é diferente, é outra escola, é ensino médio, é diferente. A Prefeitura é do primeiro ao nono ano, é responsabilidade da prefeitura; então, a prefeitura, ela faz essa ponte. Então, vou explicar para vocês, as crianças surdas precisam aprender a linguagem, ela precisa estar na inclusão: Todo mundo está falando, ela vai aprender? Ela vai adquirir uma língua? Ela não vai, ela vai está atrasada, eu vejo que vão estar sempre inferior. Se ele estiver na inclusão, o surdo vai trabalhar de quê? De faxineiro, ele não vai para essa Escola Bilingue, professor, por exemplo, na Escola Inclusiva não vai está ajudando, ele vai estar sentindo isso, ele não vai crescer, ele vai passar, vai dar nota e quando ele vai para Bilingue, ele vai encontrando outros surdos e vai tendo contato e vai ver que ele consegue, ele vai adquirindo linguagem e ele vai crescendo e vai aprendendo língua de sinais e ele cresce e ele pode aprender, ele pode ser um profissional como Indira, como a Carol que estão aqui, como eu que estou aqui. Eu sou surdo desde criança, eu cresci, eu adquiri conhecimento, sabe, hoje eu ensino na faculdade, eu conseguir ser professor universitário. Porque teve respeito, hoje eu dou minha opinião sobre essa questão de línguas, de linguagem, aquisição. Então, de verdade, eu espero que vocês tentem, que vocês tenham força, que vocês lutem pela Escola Bilingue e sim que isso é importante. São Paulo já tem Lei, São Paulo já respeita, tem foco. Então, é importante que vocês melhorem; que sejam iguais a São Paulo, não é porque o MEC manda e vocês precisam obedecer. Espera aí, eu vou conversar com a comunidade aqui, os surdos aqui precisam concordar, um grupo do MEC manda e eu simplesmente só faço o que eles querem. Não, eu tenho..., o MEC tem a teoria, é bonita, é legal, mais de verdade, quem trabalha? Concorda com isso? O MEC cobra e vocês chamam..., o MEC está chamando o surdo? O MEC

tem que chamar o surdo para ensinar, para entender de verdade o qual é, tem que fazer reunião para entender que as pessoas: “é surdo, cego, é todo mundo igual, cego, cadeirante, é todo mundo igual. A língua de sinais não é língua”. Não, não é ferramenta, é língua. Língua não é uma ferramenta. Então, eu quero agradecer a vocês e vocês estão de parabéns pelo que estão fazendo aqui. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Obrigado professor. Então, está aí, nessa tarde, fico feliz em vê, ouvir a intérprete, tem um professor universitário e, Rondônia tem sim que iniciar e pegar a coisa de uma forma séria mesmo, não só no município de Porto Velho, os demais municípios para a gente, por que como eu disse no início da minha fala são mais de oito mil crianças que tem essa problemática no âmbito do Estado. Então precisamos sim discutir isso agora. Então os encaminhamentos foram feitos, vamos formar então essa comissão junto com o Legislativo, Executivo, Executivo Municipal e demais pessoas aí, vocês me encaminhem os nomes dessas pessoas que irão fazer parte desse grupo para a gente se reunir e levar agora as proposituras e os encaminhamentos. Esse Projeto de lei está feito, não fui eu quem fez, é algo que já existe lá em Brasília, então trazer para cá tudo que for bom, o próprio Governo Confúcio falava tudo que for de bom em outros Estados nós temos que trazer e aplicar em Rondônia, e deve ser assim. Então eu vou finalizar e já são treze horas e quarenta e dois minutos já tem outra Audiência como eu disse de um problema. Agradecer à senhora representando o Município, você representando o Estado, todas as pessoas que tiveram paciência ao meu povo que está comigo aqui agora junto, os servidores desta Casa também sem almoçar até compreender que nós estamos passando por isso aqui, é necessário para a gente discutir isso. Fico mais feliz em ouvir nesta tarde, já posso falar de uma forma assim de conhecimento, sensibilidade por parte das pessoas que falaram aqui realmente é um problema que deve ser olhado tanto pelo Município como pelo Estado, um olhar com uma atenção maior. A senhora quer falar? Pode agradecer.

A SRA. ANA LÚCIA CAMARGO – Eu acho o seguinte não tem como não agradecer por este momento, eu penso sem uma discussão como essa, sem um momento como esse não há crescimento, eu acredito, eu pessoalmente tive um crescimento muito grande e o profissional também. E todos que estão aqui eu acredito que aprenderam mais, entenderam um pouco mais, por que não tem como você perguntar exatamente para quem sente o que é que ela está sentindo não é? Então não tem como eu imaginar. Eu agradeço pela oportunidade continuo me colocando à disposição, a Divisão de Educação Especial, eu quero só que se levante a minha equipe aí essa é a equipe da Divisão de Educação Especial que vem trabalhando na educação especial, tem pessoas ali há mais de trinta anos. E eu agradeço essa equipe que está comigo até agora.

A SRA. CLEIDIANE – Gente em nome da Escola Bilíngue de Porto Velho eu também agradeço a todos que puderam estar aqui, ultrapassar o horário do meio dia, estar conosco e o objetivo da Audiência Pública é esse, é discutir e traçar propostas e assim por que eu fui durante essa semana inteira indagada, por que esta Audiência Pública não foi na Câmara de Vereadores, é aqui? Porque não são todas as pessoas que abraçam as políticas voltadas para a educação de surdos e o nosso Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, ele nos abraçou, abraçou a comunidade surda como um todo. Então nós estamos hoje sendo agraciados de estar aqui discutindo propostas, levando, colocando em pauta projetos futuros de avanços para a educação de surdos. Então assim, agradeço em nome da Escola Bilíngue de Porto Velho, represento a Secretaria Municipal de Educação também como servidora e a toda a comunidade surda em especial, Deputado estadual Jesuíno Boabaid.

A SRA. NEIDE ALEXANDRE – Deputado eu sou familiar de surdo eu também quero estar agradecendo grandemente a sua visão **em torno** da cultural da comunidade surda, não é fácil, quando o senhor pegou essa pauta eu lembro em reunião no seu gabinete: “nossa vou comprar uma briga”. E olha que briga, viu? Mas vai ser uma briga muito boa, uma luta muito boa que com certeza você vai estar assim grandemente abençoado, com certeza. Eu quero desde já lhe fazer um convite eu já enviei esse convite para o chefe de gabinete sua que é hoje vai acontecer o evento Café com Libras na Faculdade UNIRON, às 19 horas. Então você já está convidado a compor a Mesa de Honra do qual o nosso palestrante Neivaldo Zovico que acabou de chegar de São Paulo, que nos falou agora **a pouco** vai está palestrando. Então desde já se sinta convidado, por favor, esteja lá presente, e convido toda a comunidade, a sociedade. UNIRON do Shopping.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Eu que agradeço de coração mesmo. De briga para quem não conhece um pouco da minha referência, por lutar por uma classe eu perdi a minha farda, por lutar pela minha classe eu fui preso, por lutar pela minha classe eu fui até expurgado pelo Estado, tratado marginalizado, e hoje sou Deputado estadual com muito orgulho. Então por isso uma briga a mais uma briga a menos para mim é algo que eu digo, sempre nessa terra o que nós iremos levar é terra na cara e se tiver oportunidade de morrer no solo, por que se você morrer, exemplo, num desastre aéreo você vai explodir e nem essa oportunidade você teve. Então é isso, quero deixar um legado para os meus filhos, para os meus amigos, para pessoas que realmente confiaram e confiam no Deputado Jesuíno Boabaid.

Então invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para o coquetel que será servido no Salão Nobre desta Assembleia, ao lado. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 48 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 270/2015-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária para o dia 19/09/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se ao município de Ariquemes - RO, com o objetivo de conduzir a servidora Cynthia Cristina Zulian que se encontra ministrando o curso de Autoestima e Motivação, conforme Processo nº. 12315/2015-01.

Matricula: 200160998

Nome: Joconias de Lima Machado

Cargo: Assistente Técnico

Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 271/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 23 a 25/09/2015 ao **Deputado Estadual JURACY BARBOSA MOREIRA**, matrícula nº 200160367, para deslocar - se a cidade de Macapá - AP, para participar da Segunda Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico/2015, conforme Processo nº. 12347/2015-23.

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 272/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Alterar o período da Diária concedida através do ATO Nº217/2015-SRH/D/P/ALE, publicada no DO-e-ALE/RO Nº141, de 28/

08/2015, pag. 2721, para o período de 20 a 26/09/2015, conforme Processo nº11013/2015-48.

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 273/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 20 a 24/09/2015 ao **Deputado Estadual NEIDSON DE BARROS SOARES**, matrícula nº200160355, para deslocar - se a cidade de Trinidad - Bolívia, para participar como Membro da Comissão Internacional Rondônia Beni, conforme Processo nº. 12372/2015-40.

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 274/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 23 a 26/09/2015 ao **Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAID**, matrícula nº200160356, para deslocar - se a cidade de Manaus - AM, para participar do XI ENERP AMAZONAS, com o objetivo de discutir e analisar problemas inerentes a área de segurança publica, conforme Processo nº. 12370/2015-39.

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 275/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 23 a 26/09/2015 ao servidor relacionado, para deslocar - se a cidade de Manaus - AM, para assessorar o Deputado Jesuíno que irá participar do XI ENERP AMAZONAS, conforme Processo nº. 12370/2015-39.

Matricula: 200160521
Nome: Geraldo Fonseca Soares
Cargo: Ast. Parlamentar
Lotação: Gab. Dep. Jesuíno

Porto Velho - RO, 21 de Setembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2015/ CPP/ALE/RO** **Processo Administrativo nº 00008163/2015-79**

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que a licitação supracitada tendo como finalidade a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FLORES NATURAIS – BOTÕES DE ROSAS, BOUQUET, ARRANJOS PEQUENOS, MÉDIOSE GRANDES E COROA MÉDIA E GRANDE**, foi declarada FRACASSADA, por ausência de competição, conforme relatório acostado nos autos, ficando aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação recursal. Os autos encontram-se franqueados aos interessados.

Porto Velho-RO, 22 de setembro de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO Mat. 200160382

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2015 **Processo Administrativo n. 4472/2015-75/ALE/RO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO
Contratado: INSTITUTO CRESCENDO COM AÇÃO – ICA

OBJETO: CONVÊNIO a disponibilização e administração do sistema de cartão digital para circular em rede on-line via internet, denominado ICACARD SALARIAL e BENEFÍCIOS a ser disponibilizado e administrado exclusivamente pelo ICA e para uso exclusivamente no Estado da ALE-RO.

PARÁGRAFO ÚNICO – O contrato só poderá ser emitido ao servidor estatutário e/ou comissionado mediante solicitação expressa do mesmo.

PRAZO: CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - O presente Acordo de Cooperação e CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse das partes até prévia notificação conforme item VI.

PARÁGRAFO ÚNICO. O presente convênio reveste-se de caráter não oneroso.

Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente, e para um só efeito, será registrado às fls. 02 (dois) do Livro Especial de Termo de Cooperação do ano de 2015 da Advocacia-Geral desta Casa Legislativa, sendo o presente feito confeccionado em 07 (sete) laudas.

Porto Velho-RO, 16 de setembro de 2015.

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado Mauro de Carvalho - Presidente – ALE/RO

Arildo Lopes da Silva – Secretário-Geral – ALE-RO

Jorge Miguel Athayde de Lyra - Procurador – ICA

Visto: Celso Ceccatto
Advogado-Geral

SECRETARIA GERAL

ERRATA

ATO Nº 010/2015 – GABINETE DA SECRETARIA GERAL

PUBLICADA NO DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Nº 154, PÁGINA Nº 3129, DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ONDE SE LÊ:

R E S O L V E: Designar o servidor Carlos Alberto Martins Manvailer, ocupante da função de Secretário Legislativo.

LEIA-SE:

R E S O L V E: Designar o servidor Manoel Salustiano Ferreira de Melo, ocupante da função de Assessor da Mesa.

Porto Velho, 22 de setembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO